



Reuni na UTFPR

a história contada por quem a escreveu

Cidmar Ortiz dos Santos
Tatiane Marisa Marafigo Zander
Roberto Bondarik
Luiz Alberto Pilatti

Reuni na UTFPR

a história contada por quem a escreveu



Editora-chefe Zélia Halicki

Conselho Editorial Adilson Carlos da Rocha
Adriano Marcos Fuzaro
Adriano Stadler
Aline Cristina Coletto
Cesar Eduardo Abud Limas
Elaine Cristina Arantes
Eliane Fernandes Pietrovski
Gislaine Martinelli Baniski
Jakson Renner Rodrigues Soares
Marcos Pereira dos Santos
Marcos Roberto Kühl
Melissa Andrea Smaniotto
Roberto Ari Guindani
Rodrigo Cortopassi Goron Lobo
Rodrigo de Souza
Rodrigo Luiz Morais da Silva
Rubia Carla Mayer Biscaia

Reuni na UTFPR

a história contada por quem a escreveu

Cidmar Ortiz dos Santos
Tatiane Marisa Marafigo Zander
Roberto Bondarik
Luiz Alberto Pilatti

Ponta Grossa | 2022

R444 Reuni na UTFPR: a história contada por quem a escreveu – entrevistas – [livro eletrônico] / Cidmar Ortiz dos Santos *et al.* Ponta Grossa: ZH4, 2022.
179 p.; E-book PDF

ISBN: 978-65-84783-02-7

DOI: 10.51360/zh4.20224-04

1. Ensino superior – Brasil. 2. Universidades federais. 3. UTFPR. I. Santos, Cidmar Ortiz dos. II. Zander, Tatiane Marisa Marafigo. III. Bondarik, Roberto. IV. Pilatti, Luiz Alberto. V. T.

CDD: 378.981

Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luzia F. B. dos Santos CRB 9/986.

Revisão ortográfica e gramatical: Mário Canteri

Normalização: Camila Lopes Ferreira

Projeto gráfico: Camila Lopes Ferreira

Diagramação: Camila Lopes Ferreira

Editora ZH4 – CNPJ 39.857.442/001-94

Rua Anita Garibaldi, 1400 – Sala 104

Bairro Órfãs – Ponta Grossa – Paraná



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
ÉDEN JANUÁRIO NETTO Entrevista 1	12
CARLOS EDUARDO CANTARELLI Entrevista 2	45
LUIZ ALBERTO PILATTI Entrevista 3	71
MAURÍCIO ALVES MENDES Entrevista 4	109
LUIZ NACAMURA JUNIOR Entrevista 5	132
VILSON ONGARATTO Entrevista 6	145
ISAURA ALBERTON DE LIMA Entrevista 7	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS	175

INTRODUÇÃO

As universidades federais são verdadeiras fábricas do conhecimento. Das 50 instituições brasileiras com maior número de trabalhos científicos publicados na segunda metade da década de 2010, 36 são de universidades federais (ESCOBAR, 2019). Essas instituições, ao lado de outras instituições públicas estaduais e de pesquisa, formam um conjunto de 49 instituições responsáveis por mais de 90% da produção científica de todo o Brasil (BARBIERO *et al.*, 2019; ESCOBAR, 2019).

Patrimônio da sociedade brasileira, as universidades federais, com mais de 300 campi, estão presentes em todas as unidades de federação (BARBIERO *et al.*, 2019) de um país em que quase 27 milhões de pessoas vivem em condições de pobreza (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2021). Muito além de simples produtora de conhecimento, as universidades federais fazem parte uma política social robusta que forma profissionais, docentes, pesquisadores e cidadãos, em alguns casos, há cerca de um século (BARBIERO *et al.*, 2019).

É o mais importante e funcional sistema universitário da América Latina, responsável por colocar o Brasil na 14.ª posição na produção científica mundial (NETTO, 2019).

A manutenção e a expansão deste bem público inalienável é um direito legítimo da sociedade e um dever do Estado brasileiro. Mais que um direito, é uma questão estratégica para o desenvolvimento do Brasil e a reversão do quadro de pobreza existente, tornando a sociedade mais justa, com educação de qualidade, socialmente referenciada e alinhada com as demandas existentes para o que o Brasil atinja seu potencial. Sem universidades públicas o Brasil nunca ultrapassará o patamar de vendedor de commodities e de bens primários para se tornar uma nação capaz de agregar valor na sua produção.

Não obstante, de forma deliberada, diferentes governos vêm realizando ataques sistemáticos para o desmonte das universidades federais. De conotação ultra neoliberal, a política iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso foi consideravelmente amplificada no governo de Jair Bolsonaro e tem como objetivo finalístico a privatização do ensino superior. O modelo privatista é acompanhado de outras políticas nefastas, como a importante redução de investimentos em ciência e em tecnologia. As políticas colocam o Brasil na contramão do mundo.

Nesse continuum e apesar do não distanciamento da política econômica do seu antecessor, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, produziu a última e importante expansão do sistema das universidades federais brasileiras depois de décadas em que o sistema permaneceu estável. A expansão notável aconteceu através de um programa, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O Programa instituído em 2007, inicialmente foi muito criticado, particularmente em função das imposições feitas às instituições que fizessem a adesão. Contou com 53 das 54 universidades federais existentes à época (BRINGEL, 2009). Na execução do Programa, algumas poucas universidades se destacaram, uma delas foi a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (CARVALHO; OLIVEIRA; LIMA, 2018).

O mencionado destaque aconteceu em função da UTFPR, considerando os critérios estabelecidos, ter tido um dos maiores índices de crescimento do sistema e ter executado mais que o inicialmente pactuado, algo que não aconteceu na maioria das instituições que fizeram a adesão. A UTFPR passou a ser citada por dirigentes do Ministério da Educação (MEC) como um caso de sucesso.

Com o Reuni, existia uma UTFPR antes do programa, uma instituição recém-transformada de um Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), e outra depois, uma das dez maiores universidades federais do Brasil. O presente livro conta um pouco dessa história de sucesso da educação brasileira, dando voz para atores privilegiados na implantação do programa. Dar voz para esses atores significa clarificar um processo que quase sempre é invisível e se perde com o tempo.

ÉDEN JANUÁRIO NETTO

Entrevista 1

Entrevistador. Gostaria solicitar que o senhor discorra sobre a adesão ao Programa Reuni.

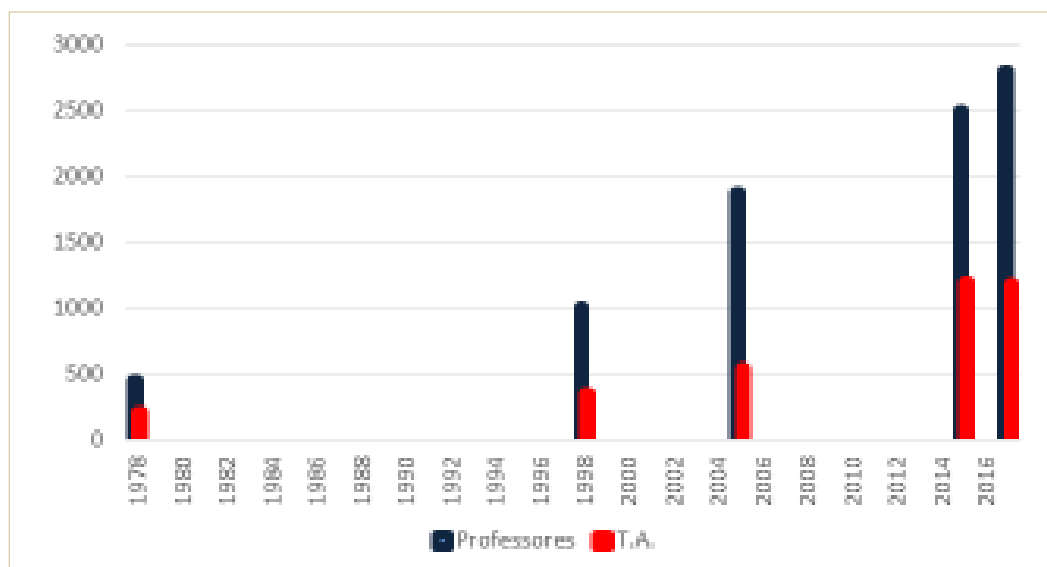
Entrevistado. Sempre tento ver a **floresta** antes de ver a **árvore**. Se conseguir ver a **floresta**, saberei onde a **árvore** se encontra. Então, tenho que contextualizar, subir um pouco, para ver de cima e entender onde **entra** o projeto do Reuni e em que tempo ocorre na instituição, porque o reflexo em 2007 foi completamente diferente do que seria, por exemplo, em 2004 ou em 1977. Se você me permite, pretendo centrar minha fala nesta contextualização, que é onde eu consigo ajudar um pouco mais. Eu não participei da operacionalização do Reuni, o [Carlos Eduardo] Cantarelli entrou [como reitor] em 2008 e foi responsável pela mesma. Então, consigo falar da parte anterior a 2008, que é quando o Reuni foi assinado e discutido.

Vou usar algumas transparências para contextualizar minha fala. Na vida você tem que ter um pouco de sorte. Eu não tenho muito juízo, mas, eu sou uma pessoa de sorte. O Reuni foi lançado no momento correto. Este momento, em parte, explica o impacto que o programa teve na instituição, diferentemente do que aconteceu em outras universidades. Imagino que o impacto tenha sido muito maior.

Com a transformação foram produzidos, em sequência, os documentos que deram o arcabouço da instituição. Estou vendo a **floresta**, olhando de cima, buscando entender para onde a instituição caminhou. O primeiro documento produzido foi o PPI [Projeto Pedagógico Institucional]. Trata-se de um projeto extremamente importante, um projeto que dá os contornos institucionais. O PPI parte de um levantamento, estabelece o foco e **joga para cima** o futuro da instituição.

As transparências que apresentarei na sequência foram feitas pelo Professor Décio [Estevão do Nascimento] e por mim. Observe que interessante, veja o que foi o Reuni na Figura 1.

Figura 1 – Número de professores e de técnicos administrativos



Fonte: Diapositivo elaborado por Décio Estevão do Nascimento e Éden Januário Netto.

Nota: Aproximadamente 1.800 docentes e 1.000 técnicos administrativos foram admitidos na UTFPR (depois de 2005).

Perceba no diapositivo quantos professores e quantos TAs [técnicos administrativos] vieram para a UTFPR depois de 2005. Estes diapositivos foram elaborados para audiências públicas realizadas em 2018, nos campi, discutindo o novo PPI. Tivemos neste período de 13 anos a contratação de aproximadamente 2.800 novos servidores. É muita gente.

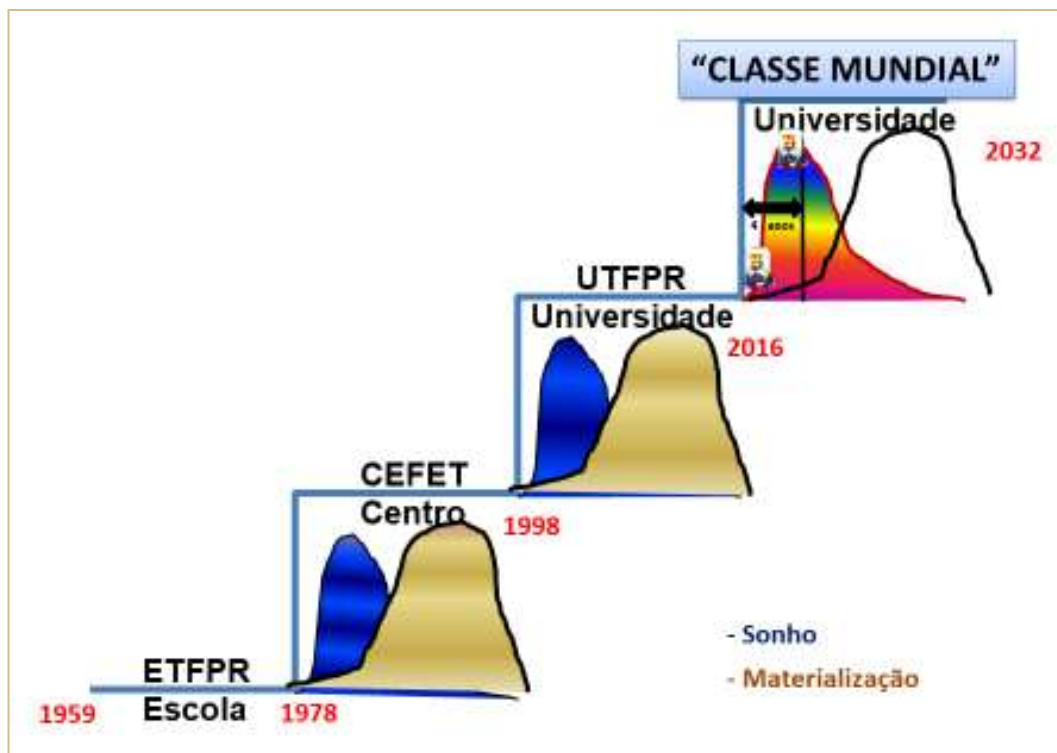
A dificuldade, na época da elaboração dos documentos, era encontrar um contorno que explicasse o que é a UTFPR. O que é uma universidade tecnológica no Brasil? Qual a sua história? Quais suas peculiaridades?

No PPI, o trabalho foi renovar, reinventar, discutir o que era a UTFPR em 2018, que já não é mais a mesma instituição de 2005, nem a mesma de 1978, e sonhar o que será no futuro.

Na direção do futuro, o Reuni produziu transformações absurdas na instituição. O diapositivo mostra isto. O quantitativo de técnicos e de professores existente em 2005 praticamente dobrou.

Vamos adiante. O próximo diapositivo é bastante interessante para a gente entender quais são os ciclos dessa instituição.

Figura 2 – Ciclos da UTFPR



Fonte: Diapositivo elaborado por Décio Estevão do Nascimento e Éden Januário Netto.

A instituição vivenciou ciclos. Com o segundo diapositivo é possível perceber como o Reuni veio para consolidar um ciclo de aproximadamente 20 anos. Estou pegando apenas três ciclos. Quem conhece a história da UTFPR sabe que a instituição se chamou [entre 1959 e 1978] Escola Técnica Federal do Paraná. Fui aluno da Escola Técnica, depois veio o CEFET-PR, em 1978, que perdurou até 2005, quando houve a transformação em UTFPR.

Estes três ciclos foram extremamente importantes para a instituição, e cada um deles foi composto por vários projetos importantes, cujo detalhamento eu vou omitir para não fugir do que me foi perguntado. Mas não devemos esquecer que os projetos aconteceram e foram determinantes para a instituição crescer. Eu vou destacar um dos principais projetos, o das UNEDs [Unidades Descentralizadas], cuja primeira foi efetivada no final da década de 1980, quando houve a implantação do Campus Medianeira.

Depois vieram os Campus Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Pato Branco e, depois, Campo Mourão. A interiorização impactou a instituição. Ganhamos a dimensão estadual, e, com esta dimensão, força política. Então, olhando a instituição de cima, enxerga-se um gradual crescimento até 1997.

Em 1997 foi publicado o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), que proibiu a oferta de cursos técnicos concomitantes. O Decreto foi muito discutido na instituição, e algo que parecia muito ruim fez nascer o projeto de universidade tecnológica. É muito importante que isto seja colocado.

Voltando ao Diapositivo. Há três ciclos bastante interessantes: o ciclo da Escola Técnica; o ciclo do CEFET-PR, com duração aproximada de 20 anos, que se prolongou até 1998; o ciclo iniciado com o projeto da universidade tecnológica e encerrado por volta de 2016. Na época usei a sigla Unitec.

O que eu quero dizer com isso? A UTFPR não começou em 2005, 2005 foi o ano em que o governo aprovou a sua lei de criação. Internamente o projeto já acontecia, porque a mudança é interna. O governo só chancelou uma reivindicação da comunidade. Em 1998, as mudanças internas já estavam em curso com: a implantação dos cursos de tecnologia; a reformatação do Conselho Diretor; e a reestruturação, em 2000, das diretorias de área em formato de Pró-Reitorias, mesmo sem ter esta denominação.

A instituição foi se transformando internamente com a construção do aparato normativo e a implantação de inovações num CEFET. Em paralelo, aconteceu a luta em Brasília para a transformação.

O processo de transformação teve duas momentos completamente distintos, e sem a intenção de fazer apologia político-partidária, com o governo do PT sendo fundamental para a transformação. No governo de Fernando Henrique Cardoso tivemos nossa proposta sumariamente rechaçada pelo Ministro [da Educação] Paulo Renato [de Souza].

O fato é público e notório. No governo seguinte, o de Luís Inácio Lula da Silva, tivemos o privilégio de ter pessoas como Cristovam [Ricardo Cavalcanti] Buarque, na condição de Ministro da Educação, e Carlos [Roberto] Antunes [dos Santos], ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC.

O projeto ganhou novamente envergadura, até que em 2005 o CEFET-PR foi transformado na primeira universidade tecnológica do Brasil. Lembro sempre que esse projeto já existia dentro da instituição desde 1998. Por que eu tenho que colocar isso? É para localizar o momento do lançamento do Edital do Reuni.

Observe-se quão curioso foram os três *stepes* produzidos pelos três últimos ciclos da instituição. Eu vou me ater a fase de CEFET-PR e da UTFPR. Os primeiros anos de um ciclo são sempre mais conceituais, os seguintes de crescimento. Estou falando de ciclos de, aproximadamente, duas décadas.

A instituição transformou-se em CEFET-PR em 1978, quando eu ainda era aluno. De 1978 até 1988, a instituição se estruturou, para, de 1988 até 1998, crescer e se expandir, encerrando um ciclo. Em 1998 nasceu a ideia de universidade tecnológica, e esse período conceitual vai até mais ou menos 2008. Depois, ciclo, vem o crescimento. Os desdobramentos são bastante curiosos. A estruturação gradual da instituição pode ser representada graficamente na forma de curva sigmoide.

Vou falando, agora, do ciclo iniciado em 2008 e que findou por volta de 2016, 2018. Por que eu separo esse ciclo? Porque no final dele o projeto chamado universidade tecnológica foi concluído. A UTFPR estava consolidada como universidade. Não estou discutindo se era uma boa ou uma má universidade, não importa, o importante foi a consolidação.

Eu sou defensor do fato de que a instituição precisa de um novo e grande desafio para o ciclo presente. Cabe às gestões atuais colocar esse grande desafio, a saber: para onde vai essa instituição? Pegando o resultado acumulado dos últimos 40 anos, época em que vivi na instituição, nenhuma instituição pública de ensino superior cresceu tanto quanto a UTFPR. O crescimento foi enorme. Somos testemunhas disso e, felizmente, crescemos juntos, tivemos a oportunidade maravilhosa de estar nessa casa. Este é o cenário em que o Reuni **caiu** na UTFPR.

Voltando um pouco. Quando a ideia de universidade tecnológica foi internalizada? A internalização aconteceu depois da publicação do Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), com a proibição da oferta de cursos técnicos integrados, que eram a mola mestre do então CEFET-PR. A ideia nascida quase uma década antes virou projeto. Que curioso!

Algo que podia destruir aquela instituição foi o ponto de partida, a alavanca, o alicerce, de um novo projeto. A instituição conseguiu transformar a mudança em oportunidade e, ao invés de torná-la um impeditivo, a usou para fazer a diferença e melhorar. Se não fosse publicado o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), possivelmente, não seríamos esta maravilhosa universidade tecnológica. Não tenho medo de errar ao afirmar que a instituição surgiu na força e na dor, e precisou se transformar. A transformação veio com a oferta dos cursos de tecnologia. A instituição foi se moldando.

Em outubro de 2005 acontece a transformação. Essa transformação, como já coloquei, começou em 1998. A comunidade interna lutou pela transformação por quase uma década. O compromisso da gestão com a nossa comunidade foi dar materialidade para um projeto votado internamente [na eleição para diretor-geral do CEFET-PR], mas que dependia do externo, do político.

Isso se chama variável independente. Dependíamos de Brasília, mas deu certo. Criamos algo sem precedente no Brasil, uma universidade tecnológica, algo que, apesar de muitas tentativas, ninguém mais conseguiu.

Em 2006, quando discutimos o PPI, trouxemos vários visitantes ilustres, em especial vindos da Alemanha e da França. Fizemos seminários internos, e passou-se a discutir fortemente sobre universidade tecnológica. Como não tínhamos nenhum modelo no país, e esse fato foi muito positivo, precisávamos conhecer modelos externos para adaptá-los para a nossa realidade.

A aprovação do PPI aconteceu em março de 2007. Assim, no começo de 2007 tínhamos um documento com os contornos da UTFPR delimitados. Estabelecemos as características e a identidade desta universidade tecnológica. A construção foi baseada tanto em referências externas como na nossa história como CEFET-PR, uma história vitoriosa.

Éramos muito felizes como CEFET-PR, e não existia obrigação em nos transformar em universidade, talvez fosse apenas por questão de status. Eu nunca vi processo interno semelhante. Mas, observe, o Reuni vem em abril de 2007. Pouco meses antes, sem saber do Reuni, tínhamos o PPI aprovado, acontece a inauguração dos campi em Londrina, em Apucarana e em Toledo. Foi um ano promissor e cheio de novidades.

Depois de aprovado o PPI, qual foi o próximo passo? Confeccionar o estatuto. Ainda em 2007 a instituição lançou a estatuinte e, por sorte, com o processo rodando, o Governo Federal lançou o Reuni. Quando foi publicado o Edital do Reuni, a instituição já possuía formatada a sua ideia de futuro tramitada e seu contorno discutido. Assim, pudemos adaptar a proposta do Reuni ao contorno já existente.

Se o Reuni tivesse vindo dois anos antes, mesmo já transformados, não teríamos esse material pronto e nem essa discussão feita. Na verdade, vou fazer um parêntese aqui: o Reuni na UTFPR é fruto e filho da nossa transformação em universidade. O Reuni foi um programa feito para as universidades federais, e não para os CEFETs. Obviamente, se não tivéssemos nos transformado em universidade não poderíamos aderir ao Reuni. Estaríamos, ainda, dentro da Setec [Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica], e não da SESu.

O Reuni, para a UTFPR, chegou no ano perfeito. Posteriormente, a proposta de adesão foi discutida e aprovada na instituição. Em janeiro e em fevereiro de 2008 acontece a inauguração do Campus Francisco Beltrão, com a UTFPR chegando aos 11 campi. Em março de 2008, há a assinatura do Reuni.

Observe como as coisas se encaixaram temporalmente, caindo como uma luva, tudo muito ajustado, numa época extremamente positiva para nós.

Para mim, os ciclos que fazem parte da história da UTFPR são muito interessantes. Existe o tempo dos conceitos, dos sonhos, dos fundamentos, e outro, o tempo de operacionalizar e de fazer crescer. O ano de 2008 é foi uma espécie de divisor de ciclos, e no novo ciclo tínhamos uma situação extremamente favorável com recursos financeiros.

Havia 100 milhões em dinheiro em caixa para fazer obras, para fazer investimentos. E, mais do que o dinheiro, tínhamos algo que é o **suprassumo** de uma instituição pública, tínhamos vagas para concurso. É fato que sem vagas não se têm programas novos, não se cresce e, até mesmo, não se tem autonomia. Para contratar servidores dependemos de autorização do MEC.

Lembro da célebre frase do fundador da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]: “Os premiados mostram que a Unicamp se faz com cérebros, cérebros e cérebros. Lá pelo quinto lugar, vêm o tijolo e a infraestrutura”. Fazendo uma analogia, pode-se dizer que uma excepcional universidade se faz com cérebros, cérebros e cérebros. Tínhamos concurso público na mão.

Os concursos mudaram o status da instituição. Deixamos de ser a instituição daqueles mil e tantos servidores citados no começo da minha fala. Foi o ponto de inflexão no crescimento, mas não no conceito de universidade. O conceito já estava mais ou menos moldado.

Assim, na minha avaliação, o Reuni na UTFPR foi muito mais quantitativo do que qualitativo. Crescemos em cima de um conceito já firmado. Expandimos onde planejamos expandir, nas licenciaturas e nas engenharias. O Reuni foi responsável por sermos, hoje, o maior formador de engenheiros do Brasil.

A instituição experimentou um crescimento, que eu arrisco a dizer, que nunca houve do ponto de vista quantitativo e, também, qualitativo. Neste quesito gostaria de fazer uma observação, que não sei se é verdade, escutei internamente que: o Reuni da UTFPR foi o quarto maior do país. Indiscutivelmente é um dado muito interessante.

Mesmo que não esteja correto, a margem de erro é pequena. Este vultoso Reuni permitiu a materialização do projeto sonhado internamente de universidade tecnológica.

O projeto do Reuni demandou um projeto robusto, cheio de detalhes.

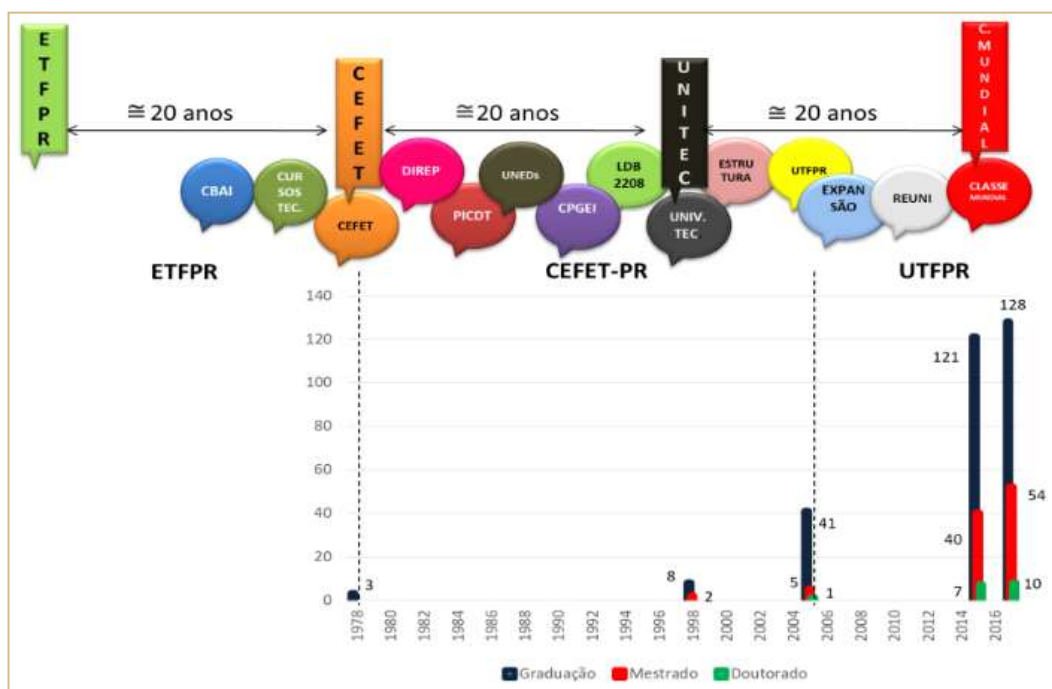
Quem escreveu o projeto foi basicamente o pessoal da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD), com o Cantarelli [Pró-Reitor], junto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, com o [Luiz] Nacamura [Júnior – Pró-Reitor]. O Cantarelli e o Nacamura conheciam profundamente a proposta.

Não tenho dados de depois da implantação do Reuni. Não sei o percentual de ocupação das vagas ofertadas, da redução da evasão, da entrada de 50% de alunos oriundos da escola pública, da relação professor-aluno. Mas, estes indicadores propostos pelo Reuni, vinculados no projeto adesão, foram extremamente importantes.

Os indicadores têm ligação com a atratividade da instituição. Passamos a conviver com um problema novo, inexistente até 2008, atrair alunos. Existe o temor de não se ter alunos e perder orçamento, de não poder pleitear novos concursos. Neste cenário novo, instituição tem que mostrar por que está aí e qual é o seu diferencial, ou vai ficar sem aluno. Atualmente o problema está ainda mais interessante.

No que concerne ao número de cursos, existe uma instituição antes do Reuni e outra depois. É muito grande a diferença, é impressionante o que era e o que se transformou. Tenho um diapositivo que permite visualizar o antes e o depois.

Figura 3 – 40 anos de trajetória institucional: números e nível dos cursos



Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2019).

Em 2005, quando nos transformamos em universidade, tínhamos um curso de doutorado, quatro cursos de mestrado e oito cursos de graduação e as tecnologias. Em 2017, já tínhamos oito cursos de doutorado, 52 de mestrado e 128 cursos de graduação (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018).

Cresceu muito, não só em número de cursos, como também em qualidade. A qualidade do ensino e de pesquisa aumentaram violentamente. O Reuni foi isto e fez esse trabalho para a sociedade brasileira.

Vamos adiante, lembrando que o Reuni não foi feito num dia. o Reuni foi feito ao longo do ano de 2007, e nós tínhamos o deadline que era dezembro.

Lembro-me de que boa parte das universidades aprovou o projeto em dezembro. Nós fomos estudando minuciosamente, discutindo, cada campus fez o seu Reuni e colocou no projeto, até consolidar e depois aprovar o projeto assinado com o MEC. Por uma questão de agenda, a reunião do COUNI que aprovou o projeto ficou marcada para, curiosamente, para o dia 20 de dezembro, último prazo possível para a aprovação.

O Ministro da Educação da época, o Haddad, comemorou 100% das universidades federais aderiram ao Reuni, entretanto cabe ressaltar que a Universidade Federal do ABC (UFABC), que havia sido recentemente criada, não participou do processo. Por ter a informação, o Ministro comemorou antes mesmo do projeto passar no COUNI. E, bem ou mal, feliz ou infelizmente, fomos os últimos a aprovarmos o projeto no conselho superior, muito mais por uma questão de agenda, na medida em que internamente o projeto era conhecido pelos servidores e os campi tinham participado da elaboração. O projeto do Reuni foi uma construção complexa.

A instituição olhada de cima mostra claramente os desafios pelos quais passou até chegar aqui. A instituição que era para o graxeiro, para o filho de pobre e para formar sapateiro, uma escola de oportunidades, se transformou em universidade tecnológica.

Essa história, do graxeiro até universidade tecnológica, tem poucos paralelos no mundo. Conheço duas instituições com história similar.

Uma delas é Chalmers University of Technology, na Suécia, que fica em Gotemburgo, e que possui uma história extremamente parecida com a nossa ou, melhor, a nossa história é extremamente parecida com a deles: era uma escola de artesãos, foi se transformando em ginásio industrial, em escola técnica e, hoje, é uma maravilhosa universidade tecnológica.

É muito curioso observar e entender o porquê. Porque é uma instituição que não nasceu das áreas clássicas, em especial do Direito e da Medicina, pois normalmente essa era a universidade da idade média, que nascia desses dois eixos e a teologia, óbvio.

Como Chalmers, a nossa instituição nasce de artesãos e de graxeiros. A outra universidade com história similar é a Auckland University of Technology.

Certa vez, estava em Auckland, na Nova Zelândia, embarquei no ônibus que ia do aeroporto para o centro da cidade, quando, curiosamente, passei em frente da Auckland University of Technology.

Tão logo cheguei ao hotel, a primeira coisa que fiz foi apanhar meu **cartãozinho**, esse **cartãozinho** da UTFPR que já não tenho mais, fui lá e me apresentei dizendo: “Sou da Universidade Tecnológica do Paraná do Brasil, a melhor Universidade Tecnológica do Brasil” e vim para conhecer a universidade.

Um dos assuntos que eu sempre gosto de discutir nesses lugares é a história da instituição. Quando me contaram a história, fiquei pasmo, pois era tal qual a nossa, exatamente a mesma coisa e o mesmo traçado.

Então, nosso percurso, de certa forma, tem paralelos. Sabíamos onde chegar, mas entre querer e chegar é outra coisa, porque a transformação não dependia da comunidade interna, da nossa vontade, mas de uma decisão de governo.

Precisa de uma lei, e não é tão simples assim. Felizmente uma conjugação de acordos favoráveis, somados com a decisão interna de levar a instituição rumo adiante, culminou com a transformação de 2005, e com a transformação pudemos aderir ao Reuni em 2007, que veio no momento extremamente apropriado para a instituição e nos trouxe em outra escala até presente.

Desculpe-me por ter me alongado, mas é onde eu consigo contribuir mais. Não sei muita coisa da operacionalização e a execução do Reuni em si.

Tenho certeza de que o Cantarelli fez isso com maestria e conhece esta parte da história com muito mais propriedade.

Entrevistador. Num determinado momento o senhor comenta que não vamos ter alunos. Esse é um problema da UTFPR? O problema existe em países mais desenvolvidos?

Entrevistado. Boa pergunta. A questão de não ter aluno é algo recente para nós, porque 10 ou 20 anos atrás não tínhamos esse problema e não imaginávamos que teríamos. Tínhamos alunos de sobra. Então, sem fazer muita força, podíamos escolher só os melhores. Agora, no entanto, a coisa se inverteu. Temos em alguns cursos mais vagas ofertadas do que candidatos.

Eu não sou a pessoa ideal para falar sobre esse assunto, não tenho dados. Mas a dificuldade de recrutamento de alunos é algo global. Existe uma disputa por alunos e pelos melhores alunos. O objetivo no Brasil ou fora, quer seja em instituições públicas ou privadas, é escolher os melhores alunos, e as instituições têm que ter diferenciais para este recrutamento.

Por que eu vou colocar meu filho na UTFPR e não colocar na UFPR, na USP [Universidade de São Paulo] ou sei lá onde? Por que eu quero que meu filho estude no Campus Medianeira da UTFPR? Qual é o atrativo? Para ser atrativa, vamos vincular o nome dessa instituição à empregabilidade, à inovação ou à internacionalização? Qual é o diferencial? Para a instituição vai? O problema não vai se resolver sozinho.

Na Europa, nos Estados Unidos, há um sistema diferente do nosso, privado, mas a luta pelo aluno e pelos melhores alunos existe aqui e lá. Eu não sei os passos que nossa instituição está dando para ser atrativa, mas o problema é real, atual e, se nada for feito, o problema poderá se intensificar. Por que o aluno escolherá um dos campi da UTFPR?

A situação vai piorar, há muita oferta de vagas e a densidade demográfica está diminuindo nas faixas etárias que majoritariamente vão para a universidade. A tendência de vagas ociosas é crescente. E tem a evasão. Muitos alunos se evadem ao longo do curso. São vagas perdidas.

Os franceses têm uma matriz interessante. Eles colocam uma matriz de led correspondente a 40 alunos. Quando apaga uma **luzinha**, um aluno desistiu.

Ocorrendo a desistência, eles ofertam imediatamente a vaga para transferência, porque é recurso público que está sendo desperdiçado. Eu diria mais uma coisa, há que se atrair o aluno certo. A universidade deve atuar para o sucesso do aluno em seu curso e depois para reter na região. Se ele se desenvolve em Medianeira, não há porque encaminhá-lo para outra região, estado ou país.

O que é a retenção desse aluno? Trata-se de algo que a instituição, até onde eu sei, discute muito pouco. Mas, é fundamental que esse aluno seja retido na região, porque ele permanecendo certamente contribuirá com a região. Um mecanismo importante de retenção na região são as incubadoras e os parques tecnológicos. O projeto tem que ter começo, meio e fim.

E por onde começa? Pela atratividade. Há que se discutir muito claramente como é que essa instituição vai atrair e qual é seu diferencial pra atrair. Eu concluí engenharia na UTFPR no início da década de 1980. Ressalto que meus dois filhos fizeram engenharia também na UTFPR, em Curitiba. Em Curitiba é fácil. Mas como trazer alunos para Cornélio Procópio, por exemplo? Cornélio Procópio ser uma cidade linda e ter a imagem de Cristo não basta para atrair alunos. Em Medianeira há uma empresa de grande porte, mas esse fato por si só não é suficiente para atrair alunos.

E Ponta Grossa o que tem? Um campus maravilhoso que era um seminário, um grande parque industrial... Essa é uma discussão atual e que não existia uma década atrás. A situação é gravíssima! Eu não sei exatamente o que a instituição está fazendo, mas os dados existem e podem ser localizados nos relatórios de gestão.

Temos diferenciais enormes e ainda somos a única universidade tecnológica do país. Reafirmo, não copie a universidade brasileira, por mais arrogante que isso seja e apesar de existirem bons modelos, nós temos uma história belíssima. Essa instituição é a instituição federal mais antiga do sul do Brasil. Nenhuma universidade situada na região sul do Brasil foi federalizada antes que a UTFPR.

A federalização da UFPR é de 1950, e desde esse ano é uma instituição pública; a federalização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também é de 1950. Nós não nascemos universidade, mas não há problema, pois também não queríamos ser universidade para ser universidade.

Nós nos transformamos em universidade porque com esse status nós temos autonomia, o governo não consegue fazer, o que faziam conosco como CEFET. Perceba isso! Por isso é que o projeto da universidade foi extremamente importante.

Mas, retomando o assunto, a questão da atratividade. É essencial. Por que eu vou colocar meu filho nessa instituição? Se a UTFPR não for atrativa vai haver muita dificuldade. Basta ser gratuita? As universidades na Europa pleiteiam aluno, lutam para angariar alunos. O procedimento é salutar.

Se a instituição não tiver boa fama vai ficar sem aluno ou vai acolher os piores. O processo de seleção pode ser qualquer um, vestibular, SISU ou outro, voltado para alunos da escola pública, da privada ou de ambas, mas é preciso, com o processo, escolher alunos melhores. Se vagas não são preenchidas, a situação torna-se de extrema gravidade. A atratividade é fundamental.

Entrevistador. Sobre a interiorização e a expansão da UTFPR, o senhor acredita que sem o Reuni o processo poderia ter continuidade?

Entrevistado. Seria. Vou explicar a você o porquê. Olhe, que curioso. Sua pergunta engloba um contexto histórico e temporal. Temporalmente, a resposta à sua pergunta é séria. Mas, não seria da mesma dimensão. Vamos corrigir: por que seria? Olhe bem.

A primeira coisa que é a interiorização foi vital a para instituição. Nós somos a universidade mais paranaense que existe. Porque nós estamos em todo o estado do Paraná. A UFPR, nossa querida Federal do Paraná, da qual tenho maior orgulho, pelo que representa e por ser essencialmente curitibana.

A querida Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) é essencialmente de Ponta Grossa e a Universidade Estadual de Londrina (UEL) é essencialmente de Londrina. Então, a interiorização foi um passo acertadíssimo.

Existe um exercício chamado *connecting dots*, que consiste em ir conectando os passos da história que fizeram você ser, por exemplo, esse ser maravilhoso que você é hoje, pelas decisões anteriores que te trouxeram até aqui. Você vai ver quais foram as decisões que você tomou, para no fim chegar até hoje.

Então uma instituição tem vários *connecting dots* e um deles foi a interiorização. Essa interiorização começa lá em Medianeira, por exemplo, embora o Reuni não tenha nada a ver com Medianeira, com Pato Branco, com Cornélio Procopio, com Ponta Grossa, com Dois Vizinhos, com Campo Mourão que veio em seguida de Dois Vizinhos que foi agregado.

Nota-se que Londrina, Apucarana e Toledo começam antes do lançamento do edital do Reuni. E Francisco Beltrão já estava sendo construído quando foi inaugurado em fevereiro de 2008, no ano em que foi assinado o Reuni.

O que aconteceu foi que existem as duas novas expansões, que são Guarapuava e Santa Helena. Então, todas essas expansões vieram no contexto da Setec. O MEC, entre outras secretarias, tem duas grandes, especiais para as instituições, que são: a Setec, que abrange os institutos federais (IFs), e a SESu – que abrange as universidades.

Essas expansões nossas vieram em Londrina, em Apucarana, em Toledo e em Francisco Beltrão. Essas quatro expansões usufruíram de grande sorte, pois vieram pela Setec e o Reuni é da SESu. Com o que acabaram de implantar os campi com recursos financeiros advindos de uma secretaria que dava o quadro de professores de primeiro e de segundo graus.

Desse quadro eu também fiz parte. Logo em seguida vem o Reuni e fortalece e potencializa essa expansão. Então, o que aconteceria se não tivesse o Reuni? Nós chegaríamos pelo menos até Francisco Beltrão e, com certeza absoluta, não seríamos do tamanho atual e esses campi não teriam o tamanho que tem, com certeza absoluta também.

Mas, nós seríamos 11 campi até aquela data com certeza. Porque essa expansão foi decidida antes da vinda do Reuni.

Entrevistador. O senhor considera que as metas estipuladas pelo Reuni eram alcançáveis?

Entrevistado. Muito difíceis, mas saborosas, especiais e ousadas. O assunto foi discutido na adesão. Sabíamos que algumas metas eram metas muito difíceis de serem atingidas, mas eu gosto de ter metas difíceis e ousadas, que permitam colocar a régua lá em cima.

O Reuni no começo teve muitos problemas dentro das universidades. Havia o entendimento, por parte das comunidades das universidades, que a autonomia universitária estava sendo ferida com a vinculação das metas com o recurso financeiro. Houve muita gritaria interna. E o governo, em minha opinião, fez o correto, porque há que se vincular o recurso financeiro às metas. Eram metas ousadas sim, mas que serviram para a reflexão e a percepção de que se precisava para ter mecanismos internos para tornar a instituição mais eficiente. Então, o Reuni fala de eficiência.

Eu não sei dizer o que aconteceu no final das contas, acho que o Cantarelli consegue explicar melhor. Mas eu gostei muito quando surgiu a discussão sobre vagas ociosas, relação professor-aluno e permanência.

Na época a UFPR, através de seu Reitor [Carlos Augusto] Moreira [Júnior], lançou um programa de reaproveitamento de vagas muito interessante, o Provar [Programa de Ocupação de Vagas Remanescentes].

Sei que tinha a ver com luzinhas em um painel que indicava as vagas preenchidas e, caso alguma luzinha apagasse, a instituição procurava imediatamente alguém que reunisse condições de preencher aquela vaga.

O programa permanece ativo. O programa é um exemplo de eficiência na gestão dos recursos públicos que trouxe à tona e deu visibilidade para um problema real da universidade.

O Reuni fez o mesmo. Cada aluno, cada vaga é um quantitativo de recurso público aplicado, que, na teoria, deveria estar sendo aproveitado por alguém da comunidade.

Entrevistador. Desses diferenciais que o senhor comenta na construção, nós temos que procurá-los, buscar esses gaps, para que a gente possa mitigar esse processo?

Entrevistado. Tem de haver uma estrutura muito arranjada para manter o aluno matriculado, porque você pode não acreditar, mas o aluno é importante para universidade. É isso que nos mantém. Certamente, teria que haver um acompanhamento do aluno em todos os sentidos, desde a atratividade, as dificuldades, a permanência e a orientação, para mantê-lo matriculado e evitar a evasão.

O aluno é importante para o Brasil, para o Estado, para o Município e para a sociedade. Não é uma luzinha que se apaga e não é ruim apenas para a instituição. A evasão representa um projeto, um sonho que vai embora, e o alcance disso é muito grande. Posso dizer que também não consegui fazer isso. Embora, naquela época nós tivéssemos muito menos alunos. Agora a situação está ficando, felizmente, dramática.

Digo felizmente, porque gosto de situação dramática, e situações assim deixam você mais estimulado a tentar resolver o problema. Sabendo acompanhar, o aluno não virá e não se evadirá. Então tem que ser algo efetivo.

Na Universidade de Tecnologia de Compiègne, na França, uma grande parceira nossa e onde tive o privilégio de ir várias vezes, eles têm um sistema muito eficiente de acompanhamento do aluno.

Para poder levar e conduzir o aluno, porque a universidade não é só sala de aula, há que se tentar conduzir considerando a vida universitária e um projeto integral. Talvez uns 20% ou 30% precisem de um acompanhamento melhor, para haver a permanência e esse aluno sair lá na frente.

Reter o aluno no Campus Medianeira é ótimo. Mais ainda se o aluno puder produzir para a cidade, para a região. Então esse campus estará vinculado ao desenvolvimento local e regional. Esse é o projeto integral. Essa é a floresta. Mas o fato é o seguinte: temos uma instituição pública e o aluno está matriculado nela pelo fato de ser humano.

A atratividade, e eu sei que isso não me pertence mais, precisa de um diferencial. O diferencial não só precisa ser resgatado, como também tem que ser reinventado, e já está na hora. Esse projeto de UTFPR se findou, acabou. Ele durou 20 anos, como o projeto anterior, o projeto do CEFET-PR.

Qual é o próximo degrau? Qual é o próximo sonho? Há que se inserir essa universidade num contexto global.

Não quero ser a melhor do Paraná, mas ser uma das melhores do mundo. É assim que se faz. O que fazem os melhores do mundo? Por que matricular-me nessa universidade se posso ir para a Alemanha ou para os Estados Unidos, e entender o que fazem lá.

Eu não estou falando que lá só existe coisa boa, mas que existem boas referências. Conhecemos a história daqui e sabemos como virar e ter essa atratividade para ser uma das melhores do mundo, o que pode acontecer daqui a 20 anos.

Agora, se ninguém souber para onde vai, no jargão popular qualquer lugar serve, cada um vai onde quiser. Temos uma joia nas mãos. Eu conhecia uma pessoa que dizia: Vocês têm um boeing na mão, mas, o problema é que vocês não sabem dirigir.

A máquina é absurda, o tamanho da UTFPR, a competência. Uma instituição com mais ou menos 3 mil professores, dos quais mais ou menos 90% tem doutorado. Imagina essa instituição orientada com áreas e eixos.

O poder torna-se absurdo. Então, essa vinculação forte com o mercado e com a realidade, pode ser desdobrada para melhorar as condições de vida do entorno e agregar valores desde o mais simples.

A instituição tem que transpor os muros e tem que aparecer na sociedade. Acho que dá para equilibrar essas coisas. Dá para fazer. A instituição é importante e possui uma história interessante.

Basta olhar de cima, o todo, e ver para onde vai a instituição, e aí fazer um projeto para 20 anos. E dá para fazer isso, porque ela tem estrutura, tem gente boa e bem formada, tem história e tradição. Temos na mão um privilégio, pois estamos com um boeing enorme. Precisamos saber pilotá-lo.

Entrevistador. Como foram divididos os recursos financeiros para cada campus?

Entrevistado. Lembro-me de que foi composta uma comissão na qual a costura final foi feita pelo Cantarelli e pelo Nacamura. Não foi fácil essa tarefa. Cada campus fez suas exigências, e essa é uma dificuldade interna, porque para participar cada campus faz a sua parte, separadamente, virando o projeto uma colcha de retalhos.

Há que se juntar e destrinçar os retalhos para se ter a colcha, para o projeto prosseguir sem polêmicas. Eu tive acesso ao projeto, li-o, antes de ir para o COUNI.

Não sei exatamente qual foi o critério adotado, se foi pelo tamanho do campus, por exemplo, pelo quadro de pessoal, ou outro, mais ou menos variável, para se delimitar a porcentagem que caberia a cada campus para que se pudesse fechar o projeto de cada campus. O Cantarelli consegue responder isso, elucidando o sistema de distribuição dos recursos financeiros e apresentado dados mais detalhados do nosso Reuni, que foi muito robusto.

CARLOS EDUARDO CANTARELLI

Entrevista 2

Entrevistador. O senhor poderia nos passar sua percepção a respeito da criação e da implantação do Reuni?

Entrevistado. O Reuni surgiu em abril de 2007. Era um programa de expansão e de reestruturação das universidades públicas federais no país. O programa não foi instituído como uma política de estado, uma política que passaria para outros governos. Ele foi um programa sem compromisso de continuidade.

Um dos motivos desse programa não ser de estado, entendo, foi sua dimensão. Quando o Reuni foi lançado, eu era Pró-Reitor [de Graduação e Educação Profissional] e o Professor Éden [Januário Netto) era Reitor, cuja gestão estava em seu último ano de mandato.

No segundo semestre de 2007 seriam deflagradas as eleições. Em paralelo, havia uma reticência muito grande por parte de todas as universidades federais em aderir ao programa.

Havia uma data limite para adesão na primeira etapa do programa, que era 29 de outubro de 2007. Se não estou equivocado, na primeira data nenhuma instituição aderiu ao programa.

As comunidades universitárias tinham um receio muito grande do compromisso que teriam de ser assumidos perante a sociedade. A vinda de recursos financeiros e de pessoal era a moeda de troca que o projeto trazia. Havia à possibilidade de expansão com um quantitativo financeiro e um quantitativo de professores e de técnicos administrativos.

Esse benefício era muito valioso e raro, e com isso as universidades federais poderiam ampliar o número de vagas públicas ofertadas no Brasil, algo que não ocorria já há algum tempo, justamente pela falta desses recursos.

Quando chegou o mês de novembro, a maioria das universidades entraram no Reuni, e nós estávamos com nosso projeto, de cuja elaboração eu participei junto com um grupo de três pessoas, num final de semana, ainda sendo esboçado.

Fiz os rascunhos junto com o Professor Cion [Cassiano Basso], que também era da Pró-Reitoria [Pró-Reitor Adjunto], na época.

Elaboramos um cálculo muito simples, que não era definitivo, e previmos que era possível receber em torno de R\$ 160 milhões para nossa expansão. O montante viria na forma de um pacote de mais de mil servidores e mais dinheiro.

Nós tínhamos grandes dificuldades, na época, em função da recente transformação em universidade tecnológica. Em 2007, tínhamos apenas dois anos como universidade.

Com a transformação, a primeira de um CEFET em universidade, o CEFET-PR, maior CEFET do Brasil, com maior oferta de vagas e detentor dos principais indicadores acadêmicos, virou a menor universidade federal do país.

Em 2005, ofertávamos apenas oito cursos de graduação e cinco de pós-graduação, quatro cursos de mestrado e um curso de doutorado, e a grande maioria dos nossos professores era da carreira do magistério do EBTT, com pouquíssima titulação de doutorado e de mestrado. Constantemente avaliados, avaliação institucional, avaliação dos cursos, era fundamental para a UTFPR avançar nestes indicadores.

O Reuni representou uma possibilidade ímpar para receber um pacote significativo, e a instituição, que já era organizada em um sistema multicampi, tinha capacidade de receber este pacote. Na época da transformação, nós já tínhamos sete campi, sendo Dois Vizinhos o sétimo.

Antes do Reuni já haviam sido implantados campi em Londrina, Apucarana e Toledo. Apesar de ser uma possibilidade ímpar, estávamos em uma época de eleição com muitas dúvidas.

Depois de feito o rascunho da proposta de adesão, numa segunda-feira, reunimo-nos com o Professor Éden e expusemos a dimensão que o projeto poderia alcançar, mudando efetivamente o perfil da nossa instituição.

O Professor Éden, que havia feito parte de seu doutorado fora do Brasil, conhecia profundamente as características de uma universidade, a UTFPR, o projeto de sua transformação e estava a par do assunto, acatou a proposta e deu sinal positivo para que a mesma fosse apresentada às Pró-Reitorias, a saber, à PROGRAD [Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional], à PROPPG [Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação] à PROPLAD [Pró-Reitoria de Planejamento e Administração] e a PROREC [Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias].

A data limite para apresentar o projeto era o dia 20 de dezembro de 2007. A UTFPR foi a última universidade a aderir ao programa. O projeto, do qual eu fui o relator, foi aprovado na reunião do COUNI realizada no mesmo dia do prazo limite para a adesão.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, que tinha dúvidas sobre nossa adesão ao projeto, fez uma ligação telefônica ao Professor Éden parabenizando-o pela entrada da instituição no Reuni.

Mesmo com todos os problemas que pudessem advir de um crescimento tão grande, em minha opinião, o Reuni foi fundamental para que a universidade tivesse condições de fazer a sua expansão.

A UTFPR cresceu em número de cursos de bacharelado, principalmente nas engenharias, e de licenciatura, e também em cursos de mestrado e de doutorado, aumentando sua participação no ensino, na pesquisa e na extensão, de forma significativa, no plano federal das universidades.

É evidente que houve uma série de problemas e, obviamente, aconteceram muitas críticas. Mas não havia alternativas. Dentro do que o Reuni oferecia, planejamos a vinda de 28 professores para cada curso que pudesse ser aberto ou ampliasse o número de vagas e um quantitativo de técnicos administrativos.

O quantitativo de técnicos administrativos não foi o suficiente, fato que causou alguns problemas, principalmente na estruturação e na ampliação das bibliotecas, no aumento de vagas e na assistência estudantil, e também em uma série de outros setores que são necessários para uma universidade de grande porte.

O número proposto de 28 professores não se mostrou possível nos limites das normativas do Reuni, e cada curso pode receber 22 professores. Os professores eram quase todos doutores, fato que foi muito positivo. O número de 22 professores mostrou-se, como previmos, insuficiente para os cursos de engenharia, que são cursos pesados de 5 anos.

O Reuni era apenas para a graduação. O programa não considerava a criação de programas de mestrado e de doutorado. Era óbvio que se ia contratar um grande número de professores e de técnicos administrativos com mestrado ou doutorado e que, imediatamente, estes passariam a desenvolver pesquisa e criarem programas de mestrado e de doutorado.

Foi isso o que aconteceu. Nós crescemos enormemente em termos de graduações, mas também em programas de mestrado e de doutorado como também. Hoje, estamos entre as 10 maiores universidades federais do país, com pouco mais de 15 anos desde transformação.

No meu ponto de vista, o projeto foi muito positivo para a instituição, porque ele veio no momento em que a instituição precisava efetivamente desses valores e recursos humanos, a fim de expandir seus cursos de graduação, de pós-graduação, bem como de suas atividades de ensino, na pesquisa e na extensão.

Então, acredito que o Reuni permitiu que nós, em tão pouco tempo, atingíssemos indicadores significativos nas nossas avaliações não só de universidade, institucional, como também nas avaliações de cursos e de programas, e que transferíssemos uma formação mais qualificada para nossos alunos.

Esse é um resumo bem **caseiro** de como o projeto foi desenhado e em que cenário foi feito este desenho. Evidentemente que a implantação do Reuni não foi nada simples. Foi um projeto que começou para nós em 2009 e os recursos vieram ao longo dos anos, à medida que se implementavam os cursos pactuados e que a instituição ia recebendo os valores acordados.

Passamos a ter 13 bibliotecas de excelência na nossa instituição, cujo investimento, na época, não parecia viável. Quando se depara com um crescimento tão rápido, há que se preocupar com a assistência estudantil, com os problemas de evasão, cujo cenário é praticamente o mesmo em todas as universidades federais brasileiras.

Muito resumidamente é essa a história, a história de como o projeto se desenvolveu e, com passar do tempo, estacionou. Concordo com quem acha que se as universidades tivessem outros programas de investimento poderíamos ter um sistema das universidades federais maior. Hoje, são 69 universidades.

As universidades federais poderiam ter se expandido e aumentado o número de vagas públicas, altamente qualificadas, algo ainda muito necessário no Brasil.

É conhecida a qualidade que essas instituições públicas dão para a sociedade brasileira e para seus alunos. Se houvesse a continuidade com outros programas e a política tivesse sido preservada, as universidades não teriam os problemas que hoje estão retornando.

Entrevistador. Como as universidades federais tomaram conhecimento do Reuni?

Entrevistado. Na época, quando o Ministro Haddad era o secretário de ensino superior, ele apresentou esse projeto em reunião da Andifes, cuja reunião ordinária normalmente é feita mensalmente em Brasília.

Em uma dessas reuniões, o Ministro Haddad pediu para as instituições apresentarem o projeto, e deixou claro nessa reunião que o projeto seria feito apenas em cima de um decreto e não seria obrigatório.

A instituição poderia aderir ou não aderir ao projeto. A instituição apresentaria seu projeto em função das suas capacidades, e a proposta seria analisada. Pelo que eu percebi, pois estive nessa reunião, a ideia era que todas as universidades participassem do programa que tinha por finalidade reestruturar, mas, acima de tudo, a ampliar as vagas do sistema federal.

Entrevistador. E a questão da interiorização não foi aventada nesta reunião?

Entrevistado. Foi. Principalmente sugerida às universidades que já tinham campus no interior. A UTFPR, em 2003, já possuía sete campi. O sétimo campus foi Dois Vizinhos. Em 2005, estávamos com mais três projetos tramitando.

Estes projetos foram aprovados em 2007, a saber, o do Campus Londrina, o do Campus Apucarana e o do Campus Toledo.

Isso quer dizer que já tínhamos um sistema praticamente em todas as regiões do Estado do Paraná. Esse sistema, no Paraná, era muito interessante para a ampliação de vagas fora da capital.

Entrevistador. Como a Reitoria administrou a divisão dos recursos que vieram para a instituição?

Entrevistado. Tínhamos os diretores gerais dos campi, aos quais caberia oferecer novas vagas e, principalmente, o curso básico [novo], para que ele pudesse entrar no projeto. Era um curso de graduação, e no nosso caso foi focado nas engenharias, porque fazia parte no projeto de lei que transformou a universidade em 2005.

O curso de engenharia é característica de uma universidade tecnológica. A instituição já possuía cursos de excelência, mas, em 2005, o projeto foi elaborado visando fortalecer as áreas científicas e tecnológicas.

A UTFPR na área de engenharia já tinha histórico, desde a década de 1970, com os cursos de engenharias em Curitiba, a saber, engenharia eletrônica, engenharia mecânica e engenharia eletrotécnica. Esse histórico influenciou o projeto e foi estabelecido um limite para cada campus fazer sua proposta.

Cada campus elaborou seu projeto, visando agregar o máximo possível. Reitoria analisou as propostas dos campi com conhecimento de causa, de suas necessidades, a quantidade de professores que era necessária, os recursos que seriam dispendidos.

Coube à PROGRAD, em conjunto com os diretores de graduação dos campi, a elaboração dos projetos pedagógicos. A PROPLAD caberia a distribuição de recursos, em função da quota que era dada a cada curso, bem a incumbência de administrar toda a questão de reformas, construção de blocos para salas de aula e laboratórios e a aquisição de terrenos.

Houve época em que a negociação de terrenos era feita diretamente com os prefeitos dos municípios dos campi. Com as doações de terrenos, desde que houvesse condição, era promovida a construção de novos blocos. Até o Reuni as coisas aconteceram desta forma.

Alguns campi não precisaram desse mecanismo, pois já tinham uma área bastante grande, onde puderam executar seus projetos nos próprios campi. É o caso de Dois Vizinhos.

O Campus Curitiba era o que tinha a maior dificuldade de expansão, porque sua sede era no centro e já estava saturada em termos de ocupação, na época, com aproximadamente 10.000 alunos ocupando o espaço.

Mais tarde, a sede Ecoville possibilitou a expansão. Ocorreu a transferência de recursos físicos e deslocamento de pessoal para possibilitar a expansão e permitir a execução de projetos de cursos. Isto ocorreu antes do Reuni. Mesmo persistindo a necessidade de mais espaços, as negociações para a doação de novas áreas não prosperaram em Curitiba.

Houve muitas outras questões para as quais a universidade precisou se preparar, pois precisava de espaço, dado que os novos cursos de doutorado e de mestrado passaram a exigir espaços próprios para laboratórios e salas de aula, ainda era preciso estruturar as bibliotecas e haviam outras situações, como novos setores, que demandavam espaço.

Se o processo não fosse muito bem estruturado poderia colocar em risco a qualidade. Acho que a instituição, com a dedicação dos diretores gerais e de área, conduziu bem o processo.

Tive a oportunidade de participar de várias inaugurações, em todos os campi, durante as quais pude ver as bibliotecas, os espaços para os alunos, os restaurantes universitários e os laboratórios. Percebi que tudo foi bem aproveitado, dentro das possibilidades do programa, em todos os campi da universidade.

Entrevistador. O senhor avalia que o tempo estipulado pelo MEC para o envio do projeto de adesão da universidade ao Reuni foi suficiente?

Entrevistado. Se tivéssemos um pouco mais de prazo, com certeza, seria possível pensar e refletir um pouco mais. Cito, como exemplo, o fato de termos discutido pouco o quantitativo de técnicos administrativos. Era possível pedir mais, abrindo mão de professores.

Sabemos que a defasagem de técnicos administrativos é muito grande e causa problemas para a universidade. Precisávamos de técnicos administrativos qualificados com formações específicas ou com outro tipo de formação que não tínhamos. Se dispuséssemos de mais tempo para analisar todo o todo, talvez a expansão não tivesse sido tão grande para poder absorver mais técnicos administrativos e recursos financeiros.

Também não discutimos com intensidade e profundidade de tempo a questão de receber o curso de engenharia com pouco mais de 20 doutores que **deveriam** ficar em sala de aula, sem se dedicar à pesquisa, sem abrir seu programa de mestrado, de doutorado. É obvio que um professor, mesmo vindo para a graduação, quer atuar na pós-graduação, e isso é bom para a instituição, mas muda o cálculo da carga horária do docente.

O professor que atua na pós-graduação, na pesquisa, na extensão, tem um volume de trabalho significativo, acaba reduzindo sua atuação na graduação. Com mais tempo, talvez, tivéssemos crescido um pouco menos. No meu ponto de vista, o crescimento foi muito grande e importante, mas poderia ter sido um pouco menor.

Ampliamos muito a oferta de vagas. Passamos de aproximadamente 10.000 para 30.000 alunos em curtíssimo espaço de tempo. Em dois anos de transformação deixamos de ser a menor universidade federal do Brasil, com o menor número de cursos de graduação e pós-graduação, com os menores índices de pesquisa, para se tornar uma das dez maiores.

O crescimento impactou, também, nas avaliações futuras. A partir do momento em que se torna universidade, a instituição é avaliada, os cursos são avaliados, em termos de ensino, pesquisa e extensão. Acredito que havia a vontade de crescer e espaço para crescer, principalmente nos campi do interior.

A expansão no Campus Curitiba também era possível. Mas, afirmo que, na média, foi um bom projeto para a instituição, mesmo com as dificuldades enfrentadas e problemas que surgiram e não foram solucionados. Excetuando um ou outro detalhe, o projeto ficou muito bom institucionalmente.

Entrevistador. Professor, o que dizer da não continuidade?

Entrevistado. A não continuidade é a questão. As universidades recebem seu orçamento por aluno equivalente. Aumentando o número de alunos, o que aconteceu na UTFPR, o orçamento naturalmente aumenta.

O aumento foi muito bom. Mas, quase todo orçamento das universidades é usado em salário de servidores. Tem as despesas para o funcionamento, água, luz... Tem a assistência estudantil.

O que sobra é investido em biblioteca, em laboratórios, em pesquisa, nos servidores... A demanda é muito maior que o orçamento. Deve-se pensar em um apoio maior para que as universidades possam superar suas dificuldades e tenham condições de cumprir de uma forma ainda melhor seu papel.

A maioria dos nossos alunos, principalmente depois do Reuni, não era do Paraná, vinha de outros Estados. Alunos vêm de outros estados porque estudar numa universidade federal traz maior possibilidade de emprego, é um sonho de muita gente.

Então o que acontece? Em janeiro, eles vêm de seus estados, e muitos precisam alugar residência, se alimentar, se deslocar e ter uma série de outros encargos. Cabe, então, aos campi promover assistência estudantil eficiente para que seja evitada a evasão desses alunos.

Entrevistador. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) conseguiu atingir seus objetivos?

Entrevistado. A demanda das universidades por ampliação do PNAES é legítima. Esta demanda tem que ser levada para o MEC com todos os seus pontos elucidados, com apoio da Andifes.

Esse programa, que eu considero consolidado, em razão de sua implantação tem que ser executado, mesmo com todas as dificuldades. Para tal, é necessário a ampliação de recursos para fazer com que os ocupantes dessas vagas se tornem graduados, mestres ou doutores, impedindo que as dificuldades financeiras inviabilizem o curso.

Talvez o projeto traga em seu bojo o grande problema no que concerne à expansão e à reestruturação da universidade.

Há que se proporcionar apoio permanente às universidades para que possam efetivamente manter sua qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão, além de um apoio estudantil eficiente para manter seus alunos carentes. Enfim, o apoio deve abranger todos os pontos.

A universidade é pública, e qualquer pessoa tem o direito de entrar nela e ficar. Colocamos para dentro da instituição mais de 20.000 alunos. Este crescimento tem um custo permanente, que deve ser olhado com seriedade, para que se possa fazer bem o emprego do dinheiro público. A evasão representa desperdício de dinheiro público.

Acho que nenhum reitor, nem o nosso reitor, se importam em colocar tudo aquilo que está sendo feito na universidade, em público, pois o investimento é público. No entanto, é importante que se mostre simultaneamente todas as necessidades da instituição. Em medida importante, a universidade está dando conta daquilo que a sociedade precisa.

Acho que no começo foi muito bem-vinda a ampliação de vagas. Mas os alunos vinham e se deparavam com uma série de dificuldades, principalmente de manutenção. Muitas vezes, as famílias desses alunos não possuíam estrutura para poder dar esse suporte. O aluno até se bancava durante algum tempo. Com dificuldades crescentes, decidia trancar a matrícula.

Com o trancamento surgia a dúvida quanto a continuar ou não seu curso. Com o trancamento, o aluno voltava para sua cidade, seu estado, porque permanecer cinco anos sem reprovação [condição para a manutenção do auxílio estudantil], principalmente nas engenharias, dependeria enorme estrutura pessoal.

Curitiba, por ser a capital do Estado, possui custo de vida altíssimo, e para o aluno se manter é relativamente difícil. Então, muitos desses alunos provavelmente começaram a conciliar o seu estudo com trabalho, para poder se manter, e aí começa aquela bola de neve. Sem conseguir levar o trabalho juntamente com o estudo, acaba acontecendo a evasão. Mas isso não é prerrogativa da UTFPR, acontece em todo o país.

Entrevistador. Professor, com relação à expansão para essas cidades pequenas do interior do Estado, o senhor acha que ela seria possível sem a política do Reuni?

Entrevistado. O assunto é mais complicado. O último campus da UTFPR implantado foi o de Santa Helena, que é um município que possui aproximadamente 25 mil habitantes, e isso aconteceu quando eu era Reitor.

Então, embora seja o menor campus que nós temos, quando nós recebemos a proposta de sua implantação, a prefeitura de Santa Helena nos doou um terreno importantíssimo que possibilitava a expansão ideal.

Entrevistador. A doação foi feita pela prefeitura local?

Entrevistado. Em razão da existência da usina de Itaipu, a prefeitura pertence a uma região riquíssima, fato que facilitou a doação. Na época, o vice-governador Flávio Arns nos proporcionou toda a estrutura já montada, pois não tínhamos possibilidade de investir.

Era um terreno constituído em uma área agrícola enorme, que facilitou a implantação de cursos demandados pela região, numa cidade que tinha poder financeiro muito maior que muitas cidades onde já tínhamos campus.

A ideia era instalar o campus de uma forma simples. Havia, no entanto, a necessidade de servidores e estrutura para os cursos a serem implantados. Certamente existem cidades que tem o direito de pleitear uma universidade pública, com suas prefeituras dispostas a doarem as condições mínimas para sua instalação.

Mas era sabido que isto não era suficiente, mesmo tendo a aceitação da prefeitura e da sociedade local. A negociação com o governo federal é muito difícil e complicada.

O município de Santa Helena atendeu as demandas e conseguiu a negociação com o governo federal, e assim o campus foi instalado de maneira muito rápida. Outras cidades como, por exemplo, Londrina, com mais de 600 mil habitantes, comportam um campus ou uma universidade.

Mas, as algumas cidades onde estão instalados os campi possuem um número de habitantes que gira em torno de 80 a 100 mil.

Cornélio Procópio tem menos de 50 mil habitantes. No entanto, o mais importante é o papel que a universidade desempenha na cidade e na região, independentemente do tamanho da cidade, desde que ela possua muitas empresas em seu entorno e que façam importantes parcerias, para a universidade poder proporcionar mão de obra qualificada.

Os campi, quando abriram seus cursos, fizeram estas parcerias, e somente em função do perfil que cada região possui é possível manter na região os graduados.

Uma coisa bastante complicada de receber, através do Reuni, alunos de fora do estado foi que estes, depois de formados, não permaneciam na região.

A saída deste profissional não é benéfica para o desenvolvimento da região e do Paraná. Essa era uma preocupação que se tinha. O setor produtivo e a sociedade, em geral, passariam a cobrar a permanência na região dos graduados pelo campus.

Os campi, mantidos pelo governo federal, também foram patrocinados pelos municípios, com a injeção de recursos, e a **exigência** da permanência dos egressos na região, para promover o desenvolvimento local, através da criação de empresas ou de atuação profissional nas empresas já existentes, era esperada.

A permanência do egresso acontece em muitas cidades. Ponta Grossa é uma cidade que tem um parque industrial muito grande, que absorve muitos engenheiros graduados pelo campus, fato que acontece em muitas capitais.

Nos primeiros anos depois da implantação de um campus perguntava-se o porquê de terem sido graduados centenas de pessoas e apenas alguns poucos terem permanecido na região que necessitava de pessoal qualificado.

Entrevistador. Como ocorreu a distribuição dos recursos?

Entrevistado. Quando os campi elaboraram os seus projetos de adesão conheciam o orçamento da UTFPR e a matriz para estabelecer o seu percentual que lhes pertenceria.

Excetuando-se o salário dos servidores, a instituição recebia um montante que fora estipulado no orçamento para sua manutenção, aprovado no ano anterior. Esse orçamento funciona para as universidades da mesma forma que a universidade funciona para os campi.

O valor do orçamento para todas as universidades federais é feito através de negociação entre o MEC e a Andifes. Na minha época, pelo fato de existirem 63 universidades, os Reitores através da Andifes pleiteavam suas ampliações de vagas em função de suas demandas nas Universidades.

O percentual era destinado de acordo com o número de alunos equivalente e tipo de curso. Se for um curso de engenharia o aluno possui peso tal, se for um curso de bacharelado o peso é outro e assim por diante. Desta forma o orçamento composto.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a maior universidade federal do país, recebe um orçamento maior por ser de porte maior e assim por diante. Nós fomos os que saltaram de uma universidade que recebia um orçamento muito pequeno, pelo fato de possuímos somente oito cursos, para um orçamento que é um dos dez maiores.

Com certeza, todas as universidades, detentoras do orçamento, distribuem-no entre os campi para sua manutenção, observando às mesmas regras, ou similares, proporcionais ao tipo de curso, número de alunos e assim por diante. É suficiente? Provavelmente não. Nunca foi, porque as demandas das universidades são grandes, e o orçamento do MEC, pelo que tenho acompanhado, sofre cortes.

Um orçamento menor penaliza as universidades que, por sua vez, penalizam seus campi. Então, no fundo, o que falta é um investimento maior para o MEC gastar com a educação básica e com a educação superior, para poder atender as demandas reais que as universidades possuem. Este orçamento maior sempre foi o ponto crucial das discussões nas reuniões da Andifes, nos finais de ano, acerca do orçamento.

Entrevistador. Professor, qual sua percepção em relação a descontinuidade programa?

Entrevistado. Eu coloco que o Reuni foi não só positivo, como também foi fundamental para que a universidade recém-transformada em uma universidade que proporcione o ensino, a pesquisa e a extensão.

Havia a certeza de que esse projeto faria diferença no futuro, que o perfil da instituição seria modificado. A UTFPR passaria a graduar muito mais, formaria também muitos mestres e doutores, e trabalharia com alunos de outro nível, que não era mais o aluno da época do técnico, tudo isto num curto espaço de tempo.

Como nós falávamos na época, problemas virão e o recurso é trabalhar com eles. Quando as universidades públicas não enfrentaram problemas?

A instituição está tentando, sempre, junto à Andifes e ao MEC conseguir o melhor possível. Os problemas vão continuar existindo, não param nunca, por isso é fato salutar a alternância de gestão.

Entrevistador. Muito obrigado, professor.

LUIZ ALBERTO PILATTI

Entrevista 3

Entrevistador. Professor, como ocorreu a adesão da UTFPR no Reuni?

Entrevistado. A adesão da UTFPR ao Reuni acabou sendo quase uma imposição. O termo imposição talvez não seja o mais adequado, mas não consigo pensar outro termo mais congruente com o que aconteceu.

Existe uma história antes do Reuni que deve ser contada, mesmo que de forma muito breve. Esta história começa com o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997). Com o Decreto, a possibilidade de oferta do ensino técnico integrado foi extinta.

A maioria dos estudantes do então CEFET-PR eram desta modalidade, o que, de certa forma, obrigou a instituição a deslocar seu eixo de atuação. A opção foi pelo deslocamento para o ensino superior, com a implantação dos cursos superiores de tecnologia.

Tratava-se de uma modalidade facultada pela legislação, mas quase em desuso pela falta de clientela. Em 2000 assume a direção geral do CEFET-PR o Professor Éden Januário Netto, diga-se de passagem, um excepcional gestor.

O Professor Éden capitaneou o projeto de transformar o CEFET-PR na primeira universidade tecnológica do Brasil, transformação que nenhum outro CEFET conseguiu até hoje. Em 2005, depois de muitos entraves, principalmente políticos, no Governo do PT, o CEFET-PR é transformado na Universidade Tecnológica do Paraná.

Quando o edital do Reuni foi lançado em 2007, nós ainda estávamos aprendendo o que era ser uma universidade tecnológica, mas, sem a transformação, não teríamos condições de participar do edital. O lançamento do Reuni produziu, principalmente por parte dos sindicatos de docentes, um movimento de mobilização contrário ao programa na maioria das universidades federais.

Os sindicatos alegavam que, com o Reuni, haveria precarização das condições de trabalho e que se estava **vendendo** as universidades públicas. Entre os vários argumentos contrários apresentados: o de que 18 alunos por professor inviabilizaria a pesquisa na universidade; que os professores, com muitas aulas, teriam de se dedicar quase que exclusivamente ao ensino; que não haveria mais reprovação; que a qualidade diminuiria.

Várias instituições foram inclusive invadidas por movimentos contrários ao programa. Neste cenário, o mandato do Professor Éden estava acabando. Existia até margem legal para ele pleitear a reeleição, porque o primeiro mandato dele ter sido de Diretor Geral e apenas parte do segundo como Reitor, apesar que moralmente o pleito seria questionável.

O Professor Éden, corretamente, não quiz entrar no meio dessa confusão. O processo de sucessão, mesmo que informalmente, já estava curso quando surge o Reuni. Apesar dos movimentos internos contrários, quase todas fizeram a adesão antes do segundo prazo estabelecido.

A UFABC, criada no mesmo ano que a UTFPR, não iria participar do edital em função de que sua recente criação previu uma estrutura adequada para funcionamento.

Mesmo existindo a previsão de uma terceira chamada no edital, havia na gestão da UTFPR o receio de que se não fosse feita a adesão na segunda chamada, poderia não haver a terceira chamada **exclusiva** para a UTFPR.

Meio que a **toque de caixa**, em um cenário que não era exatamente o melhor, movimentos contrários e período eleitoral, a UTFPR fez a adesão ao programa. Foi a última universidade a fazer.

A situação da UTFPR era peculiar. Não foram considerados nos cálculos do Reuni os alunos dos cursos de tecnologia, o que, com a transformação de alguns desses cursos em cursos de engenharia, possibilitou a oferta de um número bastante grande de novas vagas.

Ainda, a maioria dos campi do interior havia acabado de implantar seus primeiros cursos de graduação, e estes cursos também não entraram na conta. Assim, a UTFPR tinha muito a ofertar. Por outro lado, o orçamento da instituição, determinado pelos cursos existentes, era expressivo.

No processo de adesão, a conjunção de uma oferta bastante grande de novas vagas com o limite proporcionado pelo edital de crescimento de 20% do orçamento da instituição possibilitou termos um dos maiores crescimentos do Brasil, e esta possibilidade, de forma competente, teve materialidade. Apesar do período conturbado, a adesão da UTFPR foi pacífica.

Apesar do período de discussão do projeto ter sido bastante curto, os encaminhamentos dados tornaram célere o processo. Os contornos iniciais foram desenhados pela Reitoria. Após, a proposta inicial foi discutida com os diretores gerais dos campi.

A discussão com os diretores, depois da concordância de todos em participara do Programa, foi centrada em dois pontos principais: quantas vagas cada campus ganharia e o que campus teria de fazer para ganhar. Nas reuniões com os diretores gerais prevaleceu a proposta da reitoria de estabelecer um sistema de cotas que produziria um quantitativo de professores e de técnicos administrativos.

Pela divisão, os campi novos ficaram com uma cota, os classificados como médios com uma e meia, Pato Branco como **médio grande** com duas e Curitiba como **grande** com três. Com a lógica, efetivamente, os menores cresceriam proporcionalmente mais que os maiores. A questão do dinheiro foi muito pouco discutida.

O Reitor colocou que seria adotada a mesma lógica da distribuição das vagas. Todos concordaram, até porque o mais importante para os campi eram as vagas que viriam. Infelizmente, a divisão do dinheiro não aconteceu exatamente desta forma.

Quem deveria ganhar proporcionalmente menos, o Campus Curitiba, foi o que mais ganhou. Outros ganharam menos que deveriam, foi o caso do Campus Ponta Grossa. Mas esta é outra história, e não cabe aqui. Voltando. Depois das reuniões com os diretores gerais, a bola ficou com os campi para elaborarem suas propostas.

Com as propostas dos campi em mãos, uma comissão designada pela Reitoria finalizou a proposta que foi enviada para o COUNI. O COUNI recebeu a proposta extremamente pressionado.

Era uma proposta da Reitoria, que tinha a **anuência** de todos os diretores gerais, e pautada para discussão no dia 20 de dezembro de 2007, último dia para a adesão a segunda chamada do Edital.

Em termos práticos, não havia a possibilidade de ajustes significativos por parte do COUNI, caberia ao órgão máximo aprovar ou não a proposta, e não aprovar teria uma implicação absurda.

Com a **faca no pescoço**, o COUNI fez a única coisa sensata a fazer, aprovar a proposta. Além disso, em 20 de dezembro, a maioria dos servidores já não estavam mais na instituição, o que, certamente, distensionou o processo.

Com o Reuni, mesmo sem o incremento de novos campi, a UTFPR avançou ainda mais para o interior com o crescimento de servidores, cursos, vagas. A UTFPR era, e ainda deve ser, a universidade federal com maior número de campus fora de sede.

Entre as públicas, maior que a UTFPR conheço uma estadual, a UNESP. Outro dado significativo é a proporção de alunos que estão fora da sede.

Mesmo sem ter dados atualizados, afirmo sem medo de errar que: se a UTFPR não é a universidade federal que tem o maior percentual de alunos fora da sua sede, certamente, é uma das que mais tem. E não devemos nos esquecer que estamos falando de uma universidade de grande porte, que tem aproximadamente 30 mil alunos.

Apesar de lamentar os critérios **políticos**, ou mesmo a falta de critérios, empregados na distribuição do dinheiro, é importante colocar que os campi receberam muito dinheiro, bem mais que o inicialmente previsto, e que distribuição das vagas de concurso, mesmo as da reserva técnica ocorrida alguns anos depois, seguiu regimento os critérios estabelecidos. Em linhas gerais, as coisas aconteceram desta forma.

Entrevistador. Qual a importância do Reuni no processo de expansão e de interiorização da UTFPR?

Entrevistado. Como já coloquei, a diretriz dos campi menores crescerem proporcionalmente mais foi fundamental. Em termos práticos, o interior cresceu mais que a capital, algo importante na direção da interiorização.

O Campus Curitiba, até 1989 o único, depois do Reuni, passou a representar menos de 30% do sistema. Houve, também, uma espécie de **Reuni 2**, um Reuni informal, ou, melhor dizendo, um Reuni político. Este novo **Reuni** teve uma lógica própria, a lógica política. Nesta expansão as universidades **negociavam** diretamente com o MEC novos cursos para determinado campus, normalmente dois ou três.

A UTFPR pactuou projetos para todos os campi. No entanto, apenas as propostas que tinham **padrinhos políticos fortes** junto ao governo lograram êxito. O Campus Londrina foi o que mais teve esta força com o apadrinhamento do então Deputado Federal Alex Canziani.

Nesta **expansão**, menos da metade dos campi cresceram, todos do interior. O crescimento previsto tinha a mesma lógica do Reuni, novos cursos, vagas, dinheiro. No entanto, diferente do que aconteceu no Reuni, o governo federal não cumpriu o pactuado.

Com a vinda da primeira parte do pacote, o campus abriu os cursos acordados. O problema foi que o restante do pacote não veio, e não virá, e a universidade ficou com o problema.

Em termos práticos, para **socorrer** estes campi que cresceram com o **Reuni 2**, das pouquíssimas vagas que surgem, historicamente, uma parcela importante tem sido destinada para resolver o problema que não foi criado pela instituição, o que acaba prejudicando os campi que não cresceram e, certamente, também precisam das vagas.

O **Reuni 2**, bem ou mal, eu diria que muito mais mal do que bem, aconteceu. O que não aconteceu foi o **prometido** Reuni da pós-graduação. A proposta foi discutida entre o MEC e as instituições. Os contornos foram delineados, foram aventados prazos, e a importante proposta tornou-se efêmera. O Reuni da pós-graduação poderia **corrigir** problemas produzidos pelo Reuni ao desconsiderar a verticalização dos cursos criados.

Falei do que aconteceu e foi extremamente positivo, o Reuni; do que aconteceu de forma parcial e precária, o **Reuni 2**; e do que não aconteceu, o Reuni da pós-graduação. Agora, saindo da esfera do MEC, é preciso colocar o que aconteceu internamente, um crescimento, muitas vezes insustentável, feito à revelia da Reitoria. Como este crescimento aconteceu? Teve o pactuado em termos de novos cursos e ampliação de vagas que, sem exceção, foi cumprido pelos campi, mas teve também o que não foi pactuado.

Minha percepção da implantação do Reuni, construída como diretor geral do Campus Ponta Grossa, entre 2004 e 2012, é a de que o compromisso dos diretores gerais eram fundamentalmente dois: abrir os cursos pactuados e gastar o dinheiro que vinha, muitas vezes além do previsto.

Não havia a preocupação com a evasão, com a relação um professor para 18 alunos. A instituição em momento algum cobrou o cumprimento destes indicadores pactuados. Não estou dizendo que nada foi feito. Foi, mas circunscrito as diretorias de graduação dos campi.

No caso de Ponta Grossa, a única cobrança que recebi foi a da abertura de um curso de licenciatura. Sempre fui contrário. A abertura deveria acontecer na área das ciências e matemática. Em Ponta Grossa estas áreas já eram ofertadas na UEPG e, nesta instituição, a concorrência pelas vagas era baixa e a evasão altíssima.

Lembro, inclusive, que na época saiu uma matéria em dos jornais da cidade falando isto. Minha proposta era abrir mais uma engenharia. Relutei muito, mas acabei sendo **obrigado** a abrir uma licenciatura. A opção foi por um curso que não existia na UEPG, o curso de licenciatura em Ciências Naturais.

E o que os campi fizeram? Todos foram além do pactuado. Desde a criação dos cursos de tecnologia, no final da década de 1990, a possibilidade de abrir um novo curso era quase nula, e, quando ocorria, demandava uma engenharia complexa que envolvia remanejamento de servidores e vagas para concursos, fechamento de cursos...

Eu escutei de um diretor geral na época: “vou criar o curso, se faltarem professores, técnicos administrativos, laboratórios, bato na porta da Reitoria, o problema também é deles”. Em maior ou menor escala, esta lógica foi adotada por todos os diretores gerais.

Em Ponta Grossa, por exemplo, fechamos um curso técnico subsequente para abrir o curso de Engenharia de Produção, ou melhor, usamos como **justificativa** o fechamento. Foi sustentável? Obviamente que não.

Os cursos de engenharia são cursos **pesados**, com grande demanda de servidores, principalmente professores, e laboratórios bem equipados, o curso fechado apresentava uma pequena demanda de pessoal e laboratórios básicos, mas era a possibilidade que tínhamos. Se perdêssemos, outra oportunidade poderia demorar muitos anos para surgir.

Sem falar que a existência de condições prévias ideais para a implantação de um curso é algo muito fora da realidade, nem no Reuni isto aconteceu, e não sei se acontecerá tão cedo.

A reitoria até fez algumas tentativas de **impedir**, este crescimento para além do pactuado, mas a pressão política sempre vinha dos campi pela aprovação dos cursos propostos.

Com o questionável sistema eleitoral vigente para o cargo de reitor, a pressão acaba tendo muito peso e, por vezes, conduz para decisões irracionais de gestão. O processo fez, também, com que algumas das insuficientes vagas dos cursos pactuados e dinheiro fossem deslocados, ampliando o problema.

A UTFPR foi citada em vários momentos como referência na implementação do Reuni pelo MEC. A menção era justa. Foi executado com o sucesso e rápido mais do que o pactuado.

Lembro com saudades que recebia telefonemas da Reitoria perguntando: “tem algum projeto pronto para a execução?”; “consegue gastar tantos milhões em tal prazo?”. Esta excelência da UTFPR na execução do pactuado foi fruto da competência da área administrativa da UTFPR, que era bastante experiente, e principalmente do Pró-Reitor à época, Vilson Ongaratto.

Muitas universidades não conseguiam executar o que recebiam. É importante que se diga que, no serviço público, usar dinheiro não é algo trivial.

Assim, numa síntese apartada, eu diria que para a interiorização o Reuni foi absolutamente fantástico. Não obstante, o Reuni criou novos problemas para a instituição. Os campi também.

Entrevistador. Em relação à escolha das sedes, existem campi muito próximos um dos outros. Essa escolha foi estratégica ou política?

Entrevistado. Desde a implantação do Campus Medianeira, em 1989, quando o governo federal abriu um programa de expansão para o interior, a escolha sempre foi política.

O lógico seria que o primeiro campus do interior fosse implantado em Cascavel ou Foz do Iguaçu. O prefeito de Medianeira foi extremamente mais hábil, criou as condições e, na esfera política, acabou conquistando o campus.

Essa implantação, sem dúvida nenhuma, foi muito importante para o município de Medianeira, mas não foi lógica.

Todos os campi implantados na sequência seguiram o mesmo caminho, o político, e mudaram a **cara** das cidades em que foram implantados. O ex-prefeito de Ponta Grossa, um dos maiores polos industriais do Paraná, Pedro Wosgrau Filho, que esteve à frente do município em três mandatos, sempre disse que sua maior obra foi trazer o CEFET-PR.

Houve, também, a reivindicação política de campus por parte de muitas cidades. Nesta direção, me lembro de uma história contada pelo Professor Éden. O prefeito de um município de pequeno porte pediu uma audiência. Na audiência, o prefeito reivindicou: “Eu vim pedir um CEFET para a minha cidade”. O Professor Éden conta que exclamou: “Um CEFET!”. O prefeito retrucou: “um ou mais CEFETs”.

O CEFET-PR e depois a UTFPR sempre adotaram o mesmo procedimento: acatar os pedidos. Por quê? Porque com um novo campus haveria a oferta de mais vagas públicas numa instituição de muita qualidade.

O Conselho Universitário da instituição sempre acatou esta linha de pensamento. Nunca houve um planejamento estratégico de expansão. Penso que deveria haver. Mas é inegável que um campus da UTFPR muda uma cidade menor.

Nunca foi pensado, por exemplo, precisamos expandir para Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, ou outra cidade que houvesse sentido. Muitos campi implantados têm, até hoje, problemas como a atratividade de estudantes e a falta de locais para estágio. Além disso, pouquíssimos egressos permanecem na região.

Para o campus ser **aceito**, a instituição exigia a doação de um local adequado, escolhido previamente, e condicionava a abertura com a vinda de um **enxoval** ofertado pelo MEC com vagas e recursos financeiros para estruturar os cursos pleiteados. Algumas propostas foram aprovadas internamente.

Depois da aprovação, o projeto era colocado na mão do prefeito, do deputado, para buscarem junto ao Governo Federal o enxoval. Alguns políticos obtiveram sucesso, os exemplos mais recentes são os campi de Guarapuava e de Santa Helena, outros não. Dos projetados que não prosperaram, o que mais me chama a atenção foi o de Maringá.

Tinha tudo para dar certo, havia um padrinho com muita força política, o prefeito queria, o campus certamente cresceria muito e rápido, mas a proposta não prosperou. O *time* da proposta não foi correto.

Com a interiorização e o Reuni, a UTFPR tornou-se uma das dez maiores universidades federais em indicadores como: número de alunos, número de alunos equivalentes e orçamento.

Ainda falando da interiorização, é interessante destacar que ser uma universidade de grande porte, presente em todas as regiões do Estado do Paraná, sempre foi um valor inalienável na instituição.

Aconteceram, depois de iniciado o processo de interiorização, duas tentativas de **desmembrar** a instituição, uma na região sudoeste e outra na região norte. As tentativas foram sumariamente refutadas pelas reitorias da época.

Eu era o reitor quando existiu a tentativa de retirar da UTFPR os campi Apucarana, Cornélio Procópio e Londrina. Junto com estes campi, a proposta era incorporar o Campus Palotina da UFPR e trazer um curso de Medicina, oriundo da expansão deste curso que foi promovida pelo Governo Federal, para a criação da Universidade Federal do Norte do Paraná.

Outras universidades federais seguiram caminho diverso. Um exemplo que considero importante é o da Universidade Federal do Pará (UFPA). NA UFPA, a ideia é expandir e, havendo condições, desmembrar para a abertura de novas universidades.

Escutei isto do Reitor Emmanuel Tourinho. O entendimento é pautado na ideia de que a criação de novas universidades é importante para a região e para o Estado do Paraná. Com uma nova universidade vem cargos, maior possibilidade de crescimento...

Considero a estratégia adotada na UTFPR correta. A estratégia transformou uma jovem instituição em uma reconhecida universidade de grande porte, na instituição federal que mais oferta vagas de engenharia no Brasil.

Este dado foi levantado no SISU, em 2015 ou 2016, não tenho certeza, a meu pedido, pelo Professor Maurício Alves Mendes.

Na época, e não vejo possibilidade deste quadro ter mudado, ofertávamos praticamente o dobro de vagas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que era a segunda que mais ofertava vagas de engenharia.

Agora, com o cenário atual e as perspectivas de futuro que estão dadas, não tenho clareza se devemos ou não persistir na indissociabilidade da instituição.

Entrevistador. Até agora foi falado do Reuni em termos de recursos humanos e financeiro. E a parte acadêmica, como aconteceu?

Entrevistado. O ensino tinha que estabelecer diretrizes para os novos cursos. Isto foi feito e, na sequência, as diretrizes propostas foram homologadas pelo COUNI. Além das diretrizes, a PROGRAD tinha a responsabilidade de produzir condições para o cumprimento de vários indicadores pactuados, entre eles, o dos 90% de sucesso.

A tarefa da Pró-Reitoria foi hercúlia. A operacionalização do que foi estabelecido pela PROGRAD aconteceu através das diretorias de graduação dos campi. Não sei dizer se o pactuado foi integralmente executado, mas, com certeza, muitas coisas aconteceram.

Por ter vivenciado o processo, afirmo que a preocupação com a parte pedagógica ficou circunscrita à PROGRAD e às Diretorias de Graduação (DIRGRADs). A reitoria e os diretores gerais, como já destaquei, se debruçaram em usar os recursos abundantes que chegavam. Houve, também, coisas pactuadas que não foram consideradas por ninguém. O exemplo mais importante, na minha percepção, é a relação um professor para 18 alunos.

Entrevistador. Acredita que deveria existir um novo Reuni ou uma continuidade ou outro programa nas universidades federais?

Entrevistado. A resposta é muito simples, sim. Mas, antes da continuidade ou de um novo programa, é necessário resolver os problemas que ficaram pendentes.

A UTFPR está vivendo um drama, embora as pessoas não tenham percebido. Corremos o risco de perder, com o passar do tempo, quase o mesmo número de professores que o Reuni nos proporcionou. Vou explicar. Quando fomos transformados em universidade, tínhamos aproximadamente 1.400 professores na carreira do EBTT e pouco mais de 200 na carreira do magistério superior.

Todos os professores concursados que chegaram depois de 2005 vieram na carreira do magistério superior. Concomitante com a transformação, a UTFPR recebeu um quantitativo significativo de códigos de vagas que deveriam ficar num banco para, gradualmente, substituírem as vagas de EBTT que fossem vagando com situações como aposentadorias, mortes e pedidos de exoneração.

Não me lembro do número exato, mas era algo entre 400 e 500 códigos. Periodicamente o MEC recolhia os códigos de EBTT vagos.

Tudo ocorreu fluidamente até os códigos acabarem. Quando acabou, o MEC não tinha códigos para recompor o banco acordado anteriormente.

O problema foi muito agravado quando um funcionário do MEC, que não sei e não quero saber quem é, comunicou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que a UTFPR, enquanto universidade, não tinha mais o quadro de EBTT.

Até hoje ninguém, nem no MEC, sabe porque esta insanidade, para não usar outro adjetivo, foi feita. Tão logo o Planejamento recebeu a comunicação, o banco foi extinto. Detalhe, ainda tínhamos quase mil professores na carreira.

A situação não ficou crítica porque os códigos vagos, que não podíamos utilizar para a realização de concurso, eram usados para a contratação de professores substitutos.

Em 2021, na esteira do desmonte que vem sendo realizado nas universidades federais pelo governo Bolsonaro, a contratação de professores substitutos nestes códigos foi vedada e as vagas desocupadas foram confiscadas.

Se nada for feito, e atual reitoria não me parece disposta ao embate para recuperar aquilo que nos foi indevidamente retirado, com a desocupação vegetativa das vagas EBTT, vamos perder aproximadamente 800 códigos. Destes, 171 já foram. Assim, como coloquei no início desta resposta, é preciso resolver as pendências.

Avançando na resposta, digo que a universidade pública custa muito caro para a sociedade brasileira, mas é necessária. Abrir mão das universidades públicas, num país em desenvolvimento e permeado por contrastes como é o Brasil, produzirá um futuro desencantado.

As próximas gerações viverão num país condenado a condição de exportador de commodities e bens primários. Não podemos esquecer que mais de 95% do conhecimento produzido no Brasil é feito dentro das universidades públicas.

Agora, nossa história recente mostra que existem governos, principalmente os de direita, que enxergam a universidade como problema, e não solução. Num mundo plano e sem vacina, talvez, realmente sejam, elas formam pessoas esclarecidas.

Fiz estas colocações para dizer que, indiscutivelmente, é necessário um novo programa de reestruturação e expansão das universidades federais.

O Reuni foi show. Mas, não acredito que um novo Reuni será editado, pelo menos em médio prazo. Hoje nem o mínimo necessário está sendo alocado nas universidades. Sem recursos não existe autonomia.

Entrevistador. Por que a UTFPR avançou nos cursos noturnos de engenharia?

Entrevistado. A USP, principal universidade brasileira, começou um movimento importante na oferta de cursos de engenharia no período noturno. Este movimento diz muito, mas necessita ser contextualizado.

Existem sinais que, no futuro, as universidades brasileiras serão divididas em universidades de ensino e universidades pesquisa. O Print Capes deu sinais na direção que mencionei. Ser uma universidade de ensino não é demérito, mas, pelo que conheço do sistema, também não é o futuro idealizados nos PPIs e PDIs de grande parte das universidades federais.

Quando fui reitor, o Professor Luis Maurício Martins de Resende esteve na frente da PROGRAD. Ele sempre defendeu uma política voltada para a excelência, algo que concordo. A excelência na USP é algo natural. Numa jovem universidade como a UTFPR não é.

O entendimento dele era o de que um curso de engenharia noturno, apesar do importante papel social, seria um curso mais longo, de pelo menos seis anos, com uma retenção e evasão altíssima.

Além disso, o perfil do ingressante seria o de alguém que trabalha o dia todo, com possibilidades limitadas de realizar atividades de pesquisa e extensão. Penso que ele estava correto no diagnóstico.

Adicionalmente, a oferta de cursos de engenharia no período noturno certamente determinaria o fechamento de vários cursos de tecnologia. A UTFPR tem uma responsabilidade histórica com a modalidade. Como já coloquei, ainda como CEFET-PR, a instituição foi responsável pelo **ressurgimento** da modalidade no Brasil.

Este passado não deve ser esquecido. Assim, manter a **aposta** da instituição nesta modalidade no período noturno tem sentido. As tecnologias são cursos mais enxutos, com menores exigências e maior taxa de sucesso. O seu papel social é indiscutível.

O professor sempre falava: “queremos ser a melhor engenheiro do Brasil”. Com o curso noturno a meta se torna mais distante.

O caminho tracejado, e nesse ponto a graduação teve liberdade e fez uma construção coletiva, foi muito mais elitista.

Particularmente penso que se não fosse estabelecida a diretriz, passaríamos a conviver com a migração de cursos para o período noturno. Talvez, a atratividade aumentasse, mas perderíamos mais alunos que já perdemos.

Não podemos esquecer que a evasão representa o desperdício de dinheiro público, e qualquer desperdício é muito ruim para a sociedade.

Mesmo muito jovem, a UTFPR ficou situada entre as 500 melhores jovens universidades do mundo no THE, talvez o mais importante ranking do mundo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2021). Esse é um resultado significativo fruto políticas internas.

Correta ou não, a diretriz de não abrir cursos de engenharia no período noturno é congruente com a meta de formar o melhor engenheiro do Brasil. Métodos inovadores de ensino, como o MEI-U, pavimentam este caminho. Acredito no sonho e no caminho trilhado.

Entrevistador. O Reuni não apagou muito do legado deixado pelo CEFET-PR para a UTFPR?

Entrevistado. Apagou. A transformação deixou definitivamente os cursos técnicos para trás. O Reuni trouxe um outro professor para a instituição. O passado se perdeu muito rapidamente. O Brasil precisa muito dos cursos técnicos, mas este papel, em nível federal, agora, é dos IFs. Então, não adianta discutir se os cursos técnicos eram bons ou ruim.

A página virou. Em paralelo, as legislações também mudaram. Decorrente das mudanças ocorreu, por exemplo, o estabelecimento de um novo perfil do professor da instituição. Nos tempos do CEFET, parcela significativa dos docentes não tinham no magistério sua ocupação principal. Eram profissionais que atuavam na iniciativa privada durante o dia e ministravam aulas no período da noite. A titulação média destes docentes era baixa, muitos não tinham nem mestrado.

Para ilustrar, no Campus Ponta Grossa, um dos três mais qualificados do sistema, em 2000, eu fui o terceiro doutor. Tínhamos em nosso quadro professores que trabalhavam em empresas de telecomunicações, de energia elétrica, e, quase sempre, possuíam regime parcial de trabalho (20 horas).

O regime de dedicação exclusiva era reservado para alguns poucos professores, principalmente para aqueles que atuavam na gestão. Este perfil tem um lado muito bom, a possibilidade de trazer para os estudantes experiências do mundo real, e outro muito ruim, o fato deste profissional não priorizar a docência.

Com o Reuni, isto mudou. Não sei o percentual exato, mas acredito que, hoje, muito mais de 50% dos docentes da instituição não sabem o que era o CEFET-PR, no máximo, ouviram falar.

Passou-se a priorizar a contratação de docentes com doutorado para atuarem em regime de dedicação exclusiva. Mais tarde a obrigatoriedade do título de doutor em concursos para as universidades federais adentrou no aparato legal.

Com efeito, o índice de qualificação do corpo docente (IQCD) e a pós-graduação cresceram exponencialmente. O lado ruim do processo foi que este **novo** profissional deixou de trazer a vivência prática, que não tem, para os alunos.

Muitos professores trazidos pelo Reuni eram engenheiros que fizeram graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, sem nunca terem pisados numa indústria. Aquilo que caracterizava o CEFET, a proximidade com o setor produtivo, em medida importante se perdeu.

Os cursos da UTFPR tornaram-se mais teóricos. O professor Luis Maurício dizia: “estamos formando engenheiros de cativeiro, engenheiros para a pós-graduação”, em outras palavras, estamos esquecendo da indústria. Entendo que esta leitura é correta.

Além disso, até internamente, falta clareza do que é uma universidade tecnológica. Na minha leitura, com exceção do foco nas engenharias, nada nos diferencia de uma universidade clássica, e sistematicamente existem tentativas de romper com este foco. No Brasil não existem referências do que é uma universidade tecnológica.

Os servidores chegam na UTFPR sem saber o que é uma universidade tecnológica. E pior, mesmo depois de estarem na instituição, continuam sem saber. O Professor Éden sempre fala: “Os professores saem da pós-graduação querendo ser igual aos seus orientadores. Se o orientador vem de chinelo dar aula, ele quer dar aula de chinelo, com a mesma bermuda, e fazer a mesma coisa que ele aprendeu”.

Estamos nos transformando, apesar de esforços de algumas gestões, em uma universidade tecnológica com † minúsculo. Nesta direção, um limitador importante é a inviabilidade de contratação de profissionais da indústria. Em Ponta Grossa estão instaladas fábricas importantes, a DAF é uma delas.

A UTFPR não pode, por exemplo, contratar um profissional, um alto executivo ou mesmo o presidente desta indústria para ministrar duas aulas a cada 15 dias para alunos da engenharia de produção ou mecânica.

Eu vi isto em universidades tecnológicas de vários países. Estas quatro aulas no mês agregariam muito crescimento e formação dos estudantes. Existem muitas outras limitações produzidas por **amarras legais** do Brasil. O estudante e, por extensão, a sociedade perdem.

É ilusão dizer que a universidade tem autonomia. Mesmo a legislação dizendo que tem, na realidade concreta, a autonomia é uma **peça de ficção**. No máximo, e com limites claros, as universidades tem autonomia pedagógica.

Desde a Constituição Cidadã de 1988 (BRASIL, 1988), a autonomia universitária nunca foi regulamentada, certamente por falta de vontade política. Nem mesmo o governo que fez muito pelas universidades federais se preocupou com o estabelecimento de uma lei orgânica das universidades.

Os contornos atuais, políticos e legais, limitam o futuro, as vicissitudes apagam a história e estreitam os papéis. Foi assim com a história do CEFET-PR na UTFPR.

Está sendo assim com este patrimônio da sociedade brasileira, as universidades federais, com as ações de governos como o atual, o governo Bolsonaro.

Entrevistador. E especificamente em relação a evasão?

Entrevistado. Penso que ninguém em sua consciência imaginava que o percentual de 90% seria atingido por alguma universidade.

Na UTFPR, o cenário era ainda mais complexo. Por que? Porque, basicamente, as vagas ofertadas passaram a ser nas engenharias e nas licenciaturas. As engenharias são cursos com alta retenção e evasão. As licenciaturas são cursos de baixa procura, mas que também apresentam elevada evasão. Trata-se de algo histórico.

É impossível uma universidade que oferta mais de 4 mil vagas não perder um percentual de alunos. Em Medicina, a evasão pode até ser muito baixa ou, em alguns poucos casos, não acontecer.

Numa engenharia não é assim. O que foi feito? Sem ser prioridade, tentou-se minimizar a perda. E por que não era prioridade? O número de alunos aumentou muito, o orçamento dos campi também.

O orçamento recebido, até a consolidação dos novos cursos, no prazo pré-estabelecido de 10 anos, considerava a entrada e, na saída, a taxa de 90% de sucesso, mesmo esta taxa não existindo.

Como a saída não era considerada, os campi sempre prestaram mais atenção na **porta de entrada** do que com a **porta de saída**. Para os campi e para a instituição não fazia nenhuma diferença.

Adicionalmente temos uma geração que dá menos importância para um diploma de um curso superior. Para a diminuição da importância, existe muita **propaganda**, até mesmo **oficial**, para descaracterizar a importância da universidade.

O atual ministro da educação, Milton Ribeiro, ligado ao ensino superior privado, afirmou que as **vedetes** do futuro serão os IFs, por formar técnicos. As universidades, segundo o ministro, não são úteis a sociedade. Não foi uma fala isolada.

Desde a campanha para a presidência do Brasil, os ataques feitos por meio de *fake news* pelo grupo do presidente Bolsonaro contra as universidades federais brasileiras sempre chegaram na mídia. Outro exemplo da desconstrução que mencionei está na fala de Elon Musk, o **todo poderoso** dono da Tesla.

Para Musk (2022), “Você não precisa ter uma formação universitária. Você vê pessoas como Steve Jobs, Bill Gates. por exemplo. Eles não concluíram as suas faculdades, contudo contratá-los seria, certamente, uma ótima ideia para qualquer empresa. Com uma excepcional habilidade e um bom objetivo, você está apto para o futuro”. Está se criando uma percepção absolutamente equivocada.

Falando especificamente da evasão, muitas variáveis são determinantes para que a mesma aconteça. A mais determinante é a questão financeira. O sistema de cotas, absolutamente correto, **permitiu** a entrada de estudantes com menor renda nas universidades federais.

O Reuni trouxe a assistência estudantil. Mas os valores destinados pelo Governo Federal para a assistência estudantil nunca chegaram sequer próximos do realmente necessário.

Resolveu? Não, apesar de fundamental, no máximo minimizou o problema. Adicionalmente, trouxeram um novo problema para as universidades federais. Como os valores disponibilizados estavam muito aquém da demanda, quase todas as universidades federais passaram a deslocar parte do seu já insuficiente orçamento para a assistência estudantil. Na prática, vai faltar em outro lugar.

Outras variáveis importantes são: uma formação deficiente nos níveis anteriores de ensino; métodos de ensino inadequados; questões pessoais; e falta de identificação com o curso escolhido.

Olhando estas variáveis, fica evidente que a universidade pode até intervir em algumas delas, a assistência estudantil é uma forma de intervenção. Agora, em outras, como questões pessoais e falta de identificação com o curso escolhido, quase nada pode ser feito. Se não é possível fazer nada, como diminuir a evasão.

Tem mais uma coisa, pouquíssimo mencionada, mas que entendo ser relevante. Quem abandona uma vaga pública, e por consequência desperdiça dinheiro pública, não sofre nenhuma consequência, não acontece nada. Pode-se fazer uma analogia, inclusive com o que mencionei a pouco: não fazia nenhuma diferença para as universidades, em cursos novos, ter uma taxa alta de sucesso.

Se a taxa fosse zero, o orçamento seria o mesmo. O Reuni produziu uma oferta abundante de vagas nas universidades federais. Ficou fácil trocar de curso, e isto aconteceu muito. A evasão que devia diminuir, aumentou. Sou um defensor convicto de universidade pública, de qualidade e gratuita.

Agora, quem abandona uma vaga pública, que muito possivelmente seria ocupada por outro estudante, sem nenhuma justificativa, deveria ressarcir o erário, ou, pelo menos, ficar impedido de ocupar outra vaga pública. Isto mudaria muito o quadro de evasão, tenho certeza.

Pode-se falar também do SISU, sistema de seleção adotado para todas as vagas em nível de graduação ofertadas pela UTFPR. O SISU, tal qual o Reuni, criou muitas soluções e trouxe problemas.

Muitos professores da UTFPR são frontalmente contrários ao SISU, e reivindicam a volta do vestibular. O entendimento é que o sistema **não seleciona** o ingressante. Respeito, mas penso que a posição é equivocada. Estes professores não enxergam que, apesar de problemas que existem, as soluções superam em muito os problemas.

Mais. Com a baixa qualidade da educação básica pública no Brasil, o aluno que chega, seja pelo SISU ou pelo vestibular, não atende e não atenderá as expectativas destes professores. A notícia ruim é que o quadro não será revertido nem em médio prazo.

Agora, ser professor é ensinar, ensinar o aluno que chega bem formado e também o que chega mal formado.

Discutir se um aluno deveria ou não estar na universidade é inócuo. Se está, tem que ser formado. E não devemos esquecer que o professor recebe salário para ensinar.

Com o SISU, o cenário mudou para melhor em muitos campi do interior, principalmente nos situados em municípios menores. Entre os campi que mudaram, incluso o Campus Medianeira.

Antes do SISU, muitas vagas ofertadas nestes campi não eram ocupadas. Depois, a procura e a ocupação de vagas aumentou. Agora, o SISU trouxe variáveis novas. Uma delas, muito provavelmente, contribui para a evasão, a vinda de estudantes de todas as regiões do Brasil.

Mesmo esta diversidade sendo importante, muitos estudantes não se adaptam e retornam. Outro problema é que poucos ficam depois de formados. O trabalho mais importante relativo à evasão foi realizado por uma comissão, alguns anos atrás, que foi presidida pelo Professor Gilberto Souto.

O problema foi enfrentado, mas os resultados, mesmo existindo, foram tímidos. Nada próximo dos 90% pactuados. Objetivando a resposta, a instituição até tomou medidas de enfrentamento, mas a evasão nunca foi prioridade, nem antes e nem depois do Reuni.

Entrevistador. Qual foi do impacto nos campi?

Entrevistado. Muito grande. Para fazer uma conta rasa, vou usar a realidade do Campus Ponta Grossa, um campus médio e a qual conheço muito bem.

O Campus Ponta Grossa, antes do Reuni, tinha um quadro de aproximadamente 130 professores. Depois do Reuni chegou em aproximadamente 240 professor.

De forma objetiva estamos falando de um crescimento muito próximo dos 85%. Seis campi tiveram o **Reuni 2**. Nestes, o percentual de crescimento é ainda maior. A conta de 18 alunos para um professor não foi feita. Se fosse feita, mesmo sendo absurda, teríamos o tamanho **ideal** do campus.

Com ajustes, estaríamos falando de mais de 4 mil alunos. Não temos este número de alunos, mas também não estamos longe. O crescimento da área construída, de técnicos administrativos e de equipamentos não chegou aos 85%, mas foi expressivo. Este crescimento reflete o foco dado ao Reuni pela UTFPR: priorizou a contratação de professores.

Sem o Reuni, os campi do interior, principalmente, seriam muitos menores do que são hoje. Ponta Grossa dificilmente teria mais que os 130 professores de 2005, 2006.

A condição de universidade tecnológica, o porte dos campi e da instituição e o foco nas engenharias tornou a instituição mais visível, respeitada e importante. Indubitavelmente esta condição não seria alcançada em tão pouco tempo.

Nos tornamos uma universidade muito grande, o que implica em ter problemas grandes. A evasão é certamente um dos problemas não solvidos.

Entrevistador. Findado o Reuni, como ficaram os indicadores pactuados?

Entrevistado. A participação em um edital como o Reuni implica em assumir determinados compromissos para se ganhar algo. O tratado, pactuado, nunca é caro.

A UTFPR cumpriu tudo o que pactuou? Poderia responder simplesmente: não. Mas prefiro ver a coisa por outro ângulo. Naquilo que era possível e relevante, a UTFPR foi muito além. A sociedade, de quem a universidade é fiel depositária de seus filhos, ganhou.

Naquilo que não era possível, mesmo sendo relevante, e nesta seara coloco os 90%, a relação 1 para 18, até tentou. Talvez podia tentar mais, mas tentou. O resultado não veio e não tinha como vir, mesmo que se fizesse muito mais.

Devo registrar que não havia nenhuma sanção prevista para quem não cumprisse o pactuado. Se for perguntado nas universidades, ou mesmo no MEC, ninguém se lembra do que foi pactuado.

Entrevistador. Professor, obrigado pela entrevista.

MAURÍCIO ALVES MENDES

Entrevista 4

Entrevistador. O senhor acha que as metas estipuladas pelo Reuni eram alcançáveis?

Entrevistado. Na prática, percebemos que o Reuni não foi uma política geral de governo sustentável, desde o planejamento até a execução das metas. Essas metas seriam executáveis se elas transcendessem as barreiras de períodos governamentais.

Faltou também acompanhamento e supervisão governamental; faltou assessoramento para aquela instituição que não tinha a capacidade nem o próprio discernimento de organizar os seus projetos até a execução, o que não era o nosso caso.

Quando foi elaborado o projeto do Reuni da UTFPR, eu era assessor do Pró-Reitor. Na teoria ele era muito interessante. Mas, na prática, como Pró-Reitor, vivi o período de execução do Reuni e me deparei com muita resistência.

Muitas comissões simplesmente tinham enorme dificuldade para funcionar. A cultura da instituição e dos próprios professores em sala de aula foram responsáveis por parcela importante dos entraves.

O exemplo mais clássico de todos era a evasão. A evasão é algo que não se conseguiu resolver, e tão cedo não se vai conseguir. Na teoria, acho até que o projeto é executável, mas, assim como aconteceu muitas vezes no nesse governo [Governo Bolsonaro], as ideias que considero **brilhantes** no que se refere à educação deixaram a desejar na sua execução, por falta de uma base bem preparada; e, a coisa não acontece.

Não sou nada partidário nem de A ou de B, nem da esquerda nem da direita, mas, como educador, eu vivi governos diferentes. Foram mais de 30 anos na gestão na UTFPR. Percebi que, pela primeira vez, houve grande preocupação com a educação superior e, indiretamente, com a educação básica.

Mas, acho que faltou, e esta foi uma falha de projeto e de política para a educação básica, para um governo que realmente teve ideias brilhantes, capacidade de execução.

Entrevistador. O senhor considera que seria interessante uma nova fase do Reuni ou outro programa similar, voltado para a educação superior, para que houvesse continuidade do programa?

Entrevistado. Acredito que sim. Pensando na educação do Brasil como um todo, podemos pensar, egoisticamente, só na universidade, ou em bom sentido, na educação como um todo.

O Brasil mostra que as políticas de educação adotadas até hoje foram invertidas, começando pelo ensino superior e esquecendo do ensino básico. O ensino básico de longo prazo precisa urgentemente de uma política sustentável.

No ensino superior, para aproveitar o que foi feito, como a infraestrutura instalada e as vagas criadas pela adesão ao Reuni, é necessário um Reuni 2, que não fosse tão estrutural, mas de capacitação, e este se preocupasse, por exemplo, com a evasão.

O grande problema da evasão dos discentes de cálculo ou de algumas disciplinas dos primeiros períodos é a capacitação dos professores.

A forma com que os professores nivelam os alunos e lidam com o desnivelamento que existe entre os alunos da educação básica, dos quais, teoricamente, 50% vêm da escola pública e 50% da escola privada, faz uma diferença muito grande, e o assunto deve ser bem administrado. Para sanar a diferença que existe no nível dos estudantes são necessárias políticas pedagógicas internas e, também, de capacitação.

Um grande projeto nesse sentido, ainda, poderia resgatar parte da proposta do Reuni original, porque a parte instalada, de ampliação de vagas para estudantes, do número de servidores em geral e da ampliação de espaço físico, já foi feita.

No caso da UTFPR, brilhantemente, a adesão ao Reuni proporcionou uma das melhores instalações do Brasil. Existem até relatórios do TCU nesse sentido.

Agora, para a efetividade disso, faltou realmente a continuidade. Nesse sentido, deveria existir um projeto, mas um projeto mais humanware do que hardware, como foi o Reuni. Seria o aproveitamento do que foi feito, com um foco diferente.

Entrevistador. Houve medidas efetivas, ao longo do Reuni, para diminuir a evasão ou o foco foi na infraestrutura?

Entrevistado. Algumas comissões trataram do assunto. No entanto, na prática, conseguiu-se avançar muito pouco. O assunto envolve muito a capacitação e a mudança de mentalidade.

Eu vou fazer um gancho, uma comparação entre o que a universidade privada faz em relação ao que faz a universidade pública. Eu faço algumas avaliações para o MEC, principalmente em cursos de engenharia de universidades privadas, mas já fiz algumas avaliações de universidades públicas.

Parece-me que as universidades privadas sabem administrar um pouco melhor esse assunto do que nós na pública. O perfil do estudante que ingressa na instituição privada é o de alguém que trabalha durante o dia e estuda depois de noite, por incrível que pareça, de alguém paga seus estudos, mesmo sendo quem mais precisa da universidade pública.

Este estudante depende da universidade privada. Nas avaliações que fiz, eu percebi existir em instituições privadas a previsão de nivelamento e uma pedagogia própria dos primeiros semestres.

No ensino privado há outros interesses, como a manutenção do estudante na universidade, mas, mesmo assim, a evasão é muito grande. A preocupação com a evasão no aspecto pedagógico, como já coloquei, existe. Por exemplo, na área na engenharia, as disciplinas de cálculos do primeiro semestre são só de nivelamento.

Na UTFPR ingressa-se na disciplina de cálculo abruptamente, e não se quer saber se o estudante tem nível para cursar a mesma. Há, ainda, professores que repudiam a possibilidade de você **baixar** o nível na conversa.

Os professores se comportam como se estivessem ministrando forçosamente aulas na graduação, dizendo: “é assim que ministro minhas aulas, sou assim e não me preocupo em dar aula na graduação, pois pertenço ao quadro da pós-graduação”.

Na UTF eu vi muito bem este tipo de pensamento, essa resistência dos professores dos primeiros períodos em trabalhar com o desnivelamento, vários até se manifestam contra o sistema de cotas e contra o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), pois consideram que o concurso vestibular funciona melhor.

E no setor público há a questão politização, apresentado uma dificuldade adicional para qualquer ação proposta. No ensino privado é muito mais fácil de fazer isso.

Essa é a política institucional, e jargão **cumpra-se** apropriado. Quando se fala vamos mudar os currículos, vamos fazer nivelamento... a coisa acontece de alguma forma. Eu não digo com toda a eficiência que se espera, mas é diferente na iniciativa privada.

Dentre as comissões que foram formadas, nós tivemos, por exemplo, uma comissão que tinha o Professor Gilberto Souto, que estava vinculado ao Campus Pato Branco. Ele era o responsável, durante a execução do Reuni, pela comissão de evasão.

A encomenda que eu fiz para ele, na época, foi: "Precisamos de ajustes grossos, médios e finos, dê-me as medidas grossas", para que possamos fazer surgir ideias brilhantes na prática.

Por exemplo, o Campus Pato Banco conseguiu uma tutoria de estudantes nas disciplinas em que havia maior evasão, e esse procedimento foi bem efetivo. Isso se constituiu em uma medida perfeita, uma medida que possibilita o aprendizado dos alunos com seus pares, na mesma linguagem, e o nivelamento acontece de forma melhor.

Pedagogicamente falando, algumas iniciativas aconteceram, mas nada que tivesse alterado de forma considerável os números da evasão.

A discrepância entre os alunos oriundos da escola pública e da escola privada, que vem nas cotas, é muito grande. A falta de análise da evasão, de alguma forma, sem falar mal dos nossos professores, é uma questão de preparo mesmo, ou melhor, de falta de empatia com esses estudantes.

Então, a questão da evasão é bem pedagógica. É lógico que houve a iniciativa do PNAES, e acredito que este foi um ponto fraco do governo do PT que julgou que com as bolsas a evasão ia acabar. O problema principal dos alunos, na minha opinião, não é a questão financeira, que realmente é grave, no país é grave, mas a desistência da sua preciosa vaga acontece, primeiro, porque ele não consegue assimilar a importância do curso em que se matriculou.

Não existe uma orientação vocacional prévia. O curso acaba sendo completamente diferente do que o ingressante imaginava ser, e, pior, muitas vezes, o aluno descobre que não tinha preparo adequado para ingressar no curso escolhido pois, desculpe-me o termo, não tinha a **pegada do ensino superior**.

Ele sofre um tremendo impacto e ninguém o ajuda. E têm mais coisas. Com certeza, para muitos de nossos alunos isso é foi essencial, ninguém consegue estudar de barriga vazia.

No entanto, não era essa a questão, pois eles precisavam mesmo era de um apoio psicopedagógico muito maior, que, confesso, na UTF, ainda, não tivemos até hoje essa capacidade.

Entrevistador. Professor, não sei se o senhor concorda comigo, mas outro fator preponderante é que existe uma resistência, comparando-se as instituições públicas e as privadas, com a oferta de cursos no período noturno para atender o perfil do aluno trabalhador com vistas à redução da evasão.

Entrevistado. Para ser bem sincero, é uma questão de empatia e um pouco de perfil do professor. Com o passar do tempo, o perfil dos professores EBTT, que tínhamos antes da transformação em universidade tecnológica, de trabalhar no setor privado e ministrar aulas à noite, naturalmente mudou.

Eu fui aluno da UTF, e os meus professores eram da Copel, da Telepar, trabalhavam o dia inteiro e, à noite, davam aulas de engenharia. O perfil de nossos professores mudou. A sensação que tenho é de um certo elitismo.

Os professores querem que a universidade selecione apenas os melhores alunos, sem se importar com o preenchimento das 44 vagas propostas para a série. Cansei de ouvir isso nas audiências do PDI [Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022] nos diversos campi: **coloquem uma nota de corte.**

E as carteiras vazias? Não faz sentido. Depois que eu deixei a Pró-Reitoria, sem intenção de criticar ninguém, surgiu a política vigente, aprovada até no COUNI, da proibição da oferta de cursos de engenharia à noite, excetuando-se casos especiais.

A intenção era abrir alguns cursos noturnos com seis anos de duração. Todo mundo foi contra, sob a alegação de que a engenharia ofertada nestas condições provocaria a redução da carga horária.

Nos cursos de engenharia ofertados na UTFPR, estamos com uma carga horária muito acima das 3.600 horas, previstas pelo Conselho Nacional de Educação para os cursos de engenharia. Assim, o nosso **status** de melhor instituição do país na área das engenharias, sustentado na ideia da maior carga horária nos cursos, cairia, por assim dizer, por terra. Essa foi outra mentalidade errada da nossa comunidade. No entanto, agora essa nova fase, o ponto de inflexão que está sendo determinado pela pandemia acontece principalmente com mudanças nas metodologias de ensino.

Espero que se reveja o ensino presencial a partir disso. É preciso que a carga horária dos cursos seja revista, seja mais enxuta; que os professores **incomodem** menos os alunos para que consigam se desenvolver as suas próprias custas, como o mundo inteiro faz.

Não existe a necessidade de ter tanta network e tantas aulas expositivas para os alunos, pois isso produz uma carga irracional dos nossos currículos. Algo que as instituições privadas sabem administrar bem, oferecendo os cursos de engenharia em muito menos tempo de duração, com uma carga horária muito menor.

Os nossos currículos têm muita coisa desnecessária. Desde que a instituição tenha um nivelamento adequado e uma metodologia eficiente no começo do curso, pode-se naturalmente enxugar a carga horária, como a grande maioria das instituições privadas de ensino já fazem.

Entrevistador. Houve uma construção de diretrizes no Reuni com relação a medidas efetivas ao combate da evasão. Foi esse o pensamento das instituições?

Entrevistado. Não. Houve o projeto, o comprometimento das instituições, que não foi cumprido.

E isto ocorreu porque não se conseguiu mudar a mentalidade dos primeiros períodos. Não existia mudança efetiva da metodologia. Por outro lado, com o viés do assistencialismo, o avanço da assistência social psicopedagógica em todos os campi depois da adesão ao Reuni foi muito grande. Pode-se falar de antes e depois do Reuni.

Não existiam os técnicos, não existiam os psicopedagogos, bem como não existia o acompanhamento que é feito hoje. Mas isso não foi suficiente para combater a evasão.

São várias as dimensões que têm de ser trabalhadas ao mesmo tempo. Essas dimensões são as que deveriam ser contempladas no Reuni dois.

Entrevistador. O senhor acha que para acontecer isso faltou uma política institucional de recursos humanos fora do Reuni?

Entrevistado. Eu diria que sim, mas não apenas. Faltam instrumentos de gestão. Sem querer ser autoritário, em hipótese alguma, falo porque o setor público não tem instrumentos efetivos.

Tudo que é proposto se volta contra o gestor, como sendo algo impositivo, algo politicamente incorreto... e que pode implicar na não escolha daquele gestor na próxima eleição.

E isso repercute de forma tácita, não explícita, em todas as universidades públicas. Uma diferença importante entre o setor público e privado é a forma escolha de gestores. No público ocorre através de eleição, no privado.

Julgo que o trabalho da equipe do Professor Pilatti, versando sobre as métricas, ficou muito bom. Mas as métricas, observando-se bem assim ao fundo, valorizam muito mais a questão de produção que é mais voltada à pós-graduação.

Não há indicadores que vão cobrar do professor a redução de evasão ou mudança de metodologia em sala de aula. Isso realmente pode ter sido uma falha, mas também a questão que esbarra, por exemplo, no corporativismo existente nos conselhos deliberativos.

Propostas tidas como mais enérgicas acabam sendo **suavizadas** nas instâncias superiores.

Entrevistador. Professor, o senhor acha que questões político partidárias interferiram na aceitação e implantação do Reuni?

Entrevistado. Interferiram, sim, na aceitação, mas não na implantação. Nossa instituição foi a última a aderir ao Reuni. Na UTFPR não havia envolvimento partidário; e isto ajudou muito.

Percebi este não envolvimento em todo tempo que trabalhei na área administrativa. Sou avesso a essa questão. Internamente, quando existia alguma medida que desagrava a comunidade, por exemplo, uma carga horária um pouco maior, havia pressão. Existia pressão por parte do sindicato, que exigia a equiparação com as metas nacionais de redução de carga horária para professor, mas quando chamado para ajudar na solução, nunca se propôs a fazê-lo.

Tudo foi apartidário. Mas, na prática, algumas metas não foram alcançadas. Como já coloquei, não existiam instrumentos de gestão que cobrasse essas mudanças por parte do professor.

O que existe é na ponta, a saber, na coordenação de curso. As coordenações de curso, ao receberem as eventuais reclamações de alunos, elaboram indicadores e fazem remanejamentos de professores.

Vi muito colocarem os professores que tinham melhores condições nos primeiros períodos dos cursos. Mas, dependia muito da postura dos coordenadores e dos chefes de departamento. Na UTFPR, eu não percebi uma polarização partidária, nem nas eleições do candidato A ou do candidato B com relação a isso.

Entrevistador. Em relação à expansão, professor, o senhor acredita que, se não houvesse adesão ao Reuni, seria possível sua continuidade?

Entrevistado. Teria, mas de uma forma que eu acho errada, não apenas no Paraná, mas em nível de Brasil. Assim como parte dos investimentos que temos dependem de emendas individuais, em que alguns políticos têm recurso financeiro maior e outros recurso menor, sem adesão ao Reuni, a criação de campus na UTF só aconteceria de forma política.

A instituição iria para onde tivesse políticos da região com força para conseguir junto ao Governo Federal vagas e recursos no orçamento para a implantação dos cursos, ou não acontecia. Com a adesão ao Reuni, as instituições elaboravam seus melhores projetos e traziam os recursos.

Então, eu diria assim, respondendo bem objetivamente pergunta, não teríamos a mesma expansão que tivemos se dependêssemos do método tradicional, da obtenção de recursos por meio político. Aliás, meio político que às vezes coloca o campus numa cidade vizinha, ao invés de implantá-lo em outra que tinha condições efetivas de recebê-lo e foi privada por questão de menor força política.

O que determinava a escolha do local não era a racionalidade ou a maior demanda. Isto aconteceu. Num dos casos, o campus, fruto dessa força política determinou a expansão da cidade. Então, isso não deixou de ser positivo.

Às vezes aparecia um político que, da noite para o dia, entregava ao Diretor um pacote de vagas de professores para se implantar um curso de graduação em tal lugar, e era assim que começava.

O político de **prestígio** oferecia o ginásio de esportes, por exemplo, para a implantação de um campus e perguntava ao Diretor topava implantá-lo naquele lugar. O Diretor topando, e isso era óbvio, o campus tinha muita chance de ser implantado. Assim acontecia antes do Reuni.

Com a publicação do Reuni a implantação de um campus tornou-se um projeto maior. Mas, eu diria, de forma bem objetiva, hoje não vão mais ser ampliadas vagas, pois esse governo [Governo Bolsonaro] não está propenso a isso e, realmente, sua política não é de expansão, em hipótese alguma.

Mas, mesmo no governo anterior [do PT], se não existisse o Reuni, a expansão estaria atrelada a orçamentos pontuais, às vezes muito limitados. Digo isso, porque, falando do Campus Campo Mourão, fez-se, na época, um acordo com a prefeitura para se implantar um campus, e a prefeitura entrou com todos os técnicos.

No entanto, o prefeito que o sucedeu na gestão retirou todos os técnicos, cedidos anteriormente. Além disso, o Governo Federal não cumpriu sua parte. Em razão disso o Campus Campo Mourão teve enormes dificuldades por um bom tempo.

O cenário mudou com o Reuni. O Reuni foi um projeto grande, inesquecível e marcante para toda a universidade pública brasileira, pois surgiu de forma estruturada e, se não fosse o programa, nós estaríamos vivendo situações indesejáveis.

Nas eleições do próximo ano [2022] para deputado federal, certamente, vai se eleger, pelo menos um que, **puxando a sardinha para a sua brasa**, vai levantar a bandeira do Norte com a promessa de carrear grande número de vagas para lá, oportunizando, por consequência, a abertura de novos cursos.

Sempre foi assim, e assim vinha o que se chamava de enxoval, que é o número de vagas de professores e de técnicos. No entanto, os últimos vieram sempre em menor número. A situação da UTF sempre foi precária em número de vagas de técnicos administrativos e, nesse ponto, a situação no Brasil todo ainda é pior.

Na sequência, de posse da promessa do enxoval, o Diretor do campus pressionava o conselho de graduação para a aprovação do curso, que ponderava não ter estrutura adequada. É o mesmo critério adotado pelo avaliador de curso [do INEP].

O avaliador de curso se inteira das condições necessárias para os dois primeiros anos de funcionamento. E então vinha a pressão política interna, pois o candidato a deputado queria mostrar antes da eleição que o curso já estava sendo desenvolvido, e pressionava o diretor do campus.

Os cursos eram instalados com o enxoval limitado e, como consequência, o campus começava a ficar com aquela carga horária super abarrotada dos professores com 20 aulas semanais, porque, por vezes, não havia a destinação dos concursos públicos prometidos.

Com o Reuni, isso não aconteceu. As contratações de pessoal se normalizaram. Então, respondendo, hoje não teríamos todos esses cursos.

Entrevistador. O senhor acha que a mescla de professores contratados e efetivos interfere no fenômeno evasão?

Entrevistado. Um instrumento de gestão que pleiteei, no começo da década de 2000, quando eu era Diretor de Graduação (DIRGRAD) do campus Curitiba, era um ambiente virtual para cada professor, nem que fosse apenas uma página de internet.

A resistência foi grande, como a que ocorreu recentemente com a pandemia, por parte de muitos professores, para ministrar aulas online.

Naquela época, é lógico que a resistência era maior, mas o que acontecia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), por exemplo, ou o professor possuía a página na internet ou não recebia salário, e poderia perder o emprego.

O professor tinha que ter o seu ambiente, já nos primórdios da internet, um ponto fora da curva por uma medida gerencial. No meio de tudo isso, que a gente está falando, o professor tem que mudar o método dele, tem que rever a forma de avaliação e rever, também, sua forma de recuperação.

Imagine os protestos se for cobrado que os professores que apresentam problemas didáticos sejam submetidos a atualização. Na UTF isso é um crime, existe essa resistência. Se sou professor a tanto tempo, por que terei agora de me submeter a um cursinho do Núcleo de Acompanhamento psicopedagógico e assistência estudantil (Nuape)?

Quem são essas pessoas, essas psicopedagogas, que ingressaram ontem na instituição e agora vão querer mudar minha atuação e minha metodologia? Este tipo de reclamação sempre acontece.

Entrevistador. No seu entendimento o que poderia ser feito no Pós Reuni para diminuir a evasão e não foi feito?

Entrevistado. No Pós-REUNI, vislumbro uma ação de nivelamento dos alunos de acordo com as necessidades/características curriculares de cada curso. É notória a evasão acadêmica em virtude das reprovações/dependências geradas nos primeiros períodos.

Como exemplo, a disciplina de Cálculo DI 1, um dos maiores índices de reprovação/desistência. A exemplo de algumas IES privadas, onde este desnivelamento de egressos do Ensino Médio é maior do que nas IES públicas, alguns componentes curriculares optativos ou obrigatórios poderiam ser implementados para minimizar esta perda em algumas disciplinas chaves de início dos cursos.

Existem disciplinas como **Matemática para engenheiros** que preparam para as disciplinas de Cálculo e/ou outras da área.

A área de Elétrica implementou, por exemplo, **Introdução à engenharia** que tem como um dos propósitos proporcionar aos estudantes iniciantes já alguma noção ampla da sua futura atuação, assim como colocá-los em contato com a área técnica aplicada logo ao início do curso, algo que na maioria dos currículos acontece apenas após 3 a 4 semestres, gerando frustrações.

Entrevistador. Agradeço-lhe, professor, pela atenção, que, a meu ver, foi muito positiva.

LUIZ NACAMURA JUNIOR

Entrevista 5

Entrevistador. A primeira pergunta é especificamente sobre a pós-graduação. Quais os problemas enfrentados pelo senhor com relação à evasão?

Entrevistado. Vamos colocar o assunto da seguinte maneira: o que acontece na pós-graduação? Na pós-graduação há uma especificidade que é a existência de aluno especial e aluno regular.

Dentre os alunos regulares existem os bolsistas. Quando a instituição possui bolsistas de pós-graduação, recebe uma cota institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), já determinada antecipadamente.

Quando aderimos ao Reuni, tínhamos seis programas de pós-graduação, com oito cursos, e o número de bolsas era muito pequeno em relação às outras universidades. Com o Reuni recebemos um recurso final correspondente a 50 bolsas.

Assim, a percepção que se teve foi de uma época muito boa em termos do sistema de pós-graduação, que também aumentou as cotas institucionais. A UTFPR não possui controle no que concerne às bolsas e esse controle nunca foi feito.

Quanto à evasão, considerando que em 2008 o Reuni começou a ser implantado: o que aconteceu? A instituição aumentou o número de alunos e aumentou o número de programas de pós-graduação, e pelo fato de ter aumentado o número de programas, conseqüentemente o número de alunos cresceu.

A evasão diminuiu. Por que a evasão? Porque com aumento do número de bolsistas, este aluno tem condições de cursar com dedicação exclusiva ao seu programa.

O que aconteceu também nesse período foi que a expansão da nossa pós-graduação no interior foi muito importante, pois, o aluno formado na instituição tinha condições de continuar em razão da bolsa.

Então a percepção que se tem é de que melhorou bastante. Se nos ativermos à taxa de conclusão dos cursos, perceberemos também que a evasão diminuiu.

Entrevistador. A segunda questão a ser colocada é se houve ações institucionais alinhadas ao Reuni para a pós-graduação.

Entrevistado. Houve sim, e o que aconteceu? Estou tentando ser didático. Algumas ações do Reuni, a saber, a contratação de professores. Outra ação bastante interessante era o fato de que o aluno que era bolsista do Reuni também tinha, como contrapartida, uma atividade na graduação. Então era uma atividade constituída de até 12 horas. O bolsista não podia ficar em sala de aula, mas tinha que dar suporte, não necessariamente ao orientador, mas para o curso, cuja atividade era de cunho direto ou indireto na pós-graduação, e isso era decorrente da existência das bolsas.

Esse recurso era muito importante para universidade, sem contar com algumas bolsas de iniciação científica que ajudavam bastante na questão do apoio às atividades de pesquisa e de pós-graduação. Para a instituição esse fato ligado ao Reuni teve relação indireta.

Naquela época, nós tínhamos cerca 1.200 professores. Desses, aproximadamente 80% eram do ensino de primeiro e de segundo graus [carreira depois transformada em EBTT] e os demais eram da carreira do ensino superior.

Então, o que o Reuni possibilitou? Sem dúvida, possibilitou a contratação de professores e o surgimento de muitos programas de pós-graduação. Aconteceu que os professores contratados para atuar na graduação, pelo fato de terem formação de doutorado, passaram a exercer suas atividades na pós-graduação.

Então, toda a expansão que a instituição obteve naquela época, com o aumento de seis para 40 programas foi consequência dessa contratação de novos professores.

Entrevistador. Sem o Reuni tais programas não teriam sido criados?

Entrevistado. Não. Não haveria condições para isso. A instituição não tinha nenhuma ferramenta para fazer. No entanto, tinha todo um conhecimento. Eu passei quase 25 anos na pós-graduação, fato que me proporcionou uma percepção privilegiada.

Para ser implantado um programa de pós-graduação necessita-se ter um corpo docente com produção, que se alinhe aos regulamentos, e se submeta uma proposta. Determinadas áreas exigem que produção daquele grupo se encontre dentro da faixa de três a cinco anos anteriores a submissão.

Então a instituição fazia um estudo detalhado para definir qual era o momento ideal para mandar a proposta visando ser bem sucedida. Assim, se não houvesse o Reuni, a instituição ficaria de mãos atadas. Nós não estaríamos contratando docentes, mas apenas substituindo-os e, com isso, normalmente, esses docentes passavam a ter o mesmo perfil do docente anterior, daí a dificuldade em abrir esses programas.

Quando da implantação do Reuni tínhamos um sistema de pós-graduação que já estava formando muita gente, tanto mestres como doutores, mas não havia uma política de contratação de docentes.

Quando a instituição abriu os concursos, muitos candidatos se inscreveram, principalmente no interior. Mas, como eles não tinham a possibilidade de participar de programa de pós-graduação imediatamente, muitos conseguiram se vincular aos seus programas de formação.

No entanto, depois, uma parcela importante retornou para os grandes centros ou para o local onde tinham se vinculado na pós-graduação. Consequentemente, houve a evasão de professores recém-contratados. Na sequência a instituição abriu vários programas que tinham como objetivo uma política de fixação de docentes em todos os campi da universidade.

Entrevistador. Ocorreu muito isso?

Entrevistado. Ocorreu sim. Você está se referindo ao Campus Medianeira?

Entrevistador. Também ao Campus Medianeira?

Entrevistado. Então, eu me lembro muito bem quando nós abrimos o programa de pós-graduação no Campus Francisco Beltrão, em 2011. A abertura ocorreu para evitar que muitos professores que foram para lá, naquela época, voltassem e se submetessem a novo um concurso. Pretendia se evitar, dessa maneira, pedidos de transferência ou demissão de docentes. A grande maioria dos professores que voltou à origem era do Rio Grande do Sul, da área agrária especificamente. A instituição ficou defasada de docentes e com as mãos atadas, nesse processo, para dar uma solução adequada a situação.

Voltando. Todas as instituições que aderiram ao Reuni possuíam recurso financeiro vindo do bolo, da quantidade total estabelecida de acordo com a divisão por instituição.

Dentro da prerrogativa da instituição, ela poderia usar o dinheiro que recebeu para contratar docentes e técnicos administrativos. A UTFPR acertadamente priorizou a contratação de docentes já titulados. A cada novo contrato de professor ou de técnico administrativo o recurso financeiro ia diminuindo. Como nossa universidade tinha um orçamento grande, obtivemos grande quantidade de recurso financeiro.

Fato que acabou nos privilegiando no que concernia à adequação do nosso corpo docente e na adequação da infraestrutura. Em razão da contratação de professores e de técnicos administrativos a instituição se expandiu. Então, a instituição começou a acertar o sistema. Outras instituições com maior tradição na pós-graduação, embasaram-se em nossa instituição. Quando o Reuni chegou, tínhamos um curso de doutorado e pouquíssimas bolsas.

As outras instituições privilegiaram a questão da pós-graduação e, em substituição a contratação de pessoal com novas vagas de concurso, adotaram a política de bolsas de mestrado, bolsas de doutorado e de bolsas de iniciação científica. E aconteceu que dois ou três anos se chegou a discutir um Reuni para a pós-graduação.

Depois de serem realizadas várias reuniões, naquela época, a ideia de implantação do Reuni foi abandonada para a adoção de um programa formatado nos moldes do Reuni.

No entanto, a instituição não recebeu o recurso para que pudesse implantar esse tipo de pós-graduação. O modelo **encalhou** em Brasília, porque ele dependia do aval da Andifes, conforme informações que circularam.

Mesmo assim a instituição contratou vários docentes com o título de doutor, mas a infraestrutura da pós-graduação não foi contemplada. A infraestrutura foi pensada inicialmente para os cursos de graduação a serem criados e na reestruturação dos existentes, mas não se deixou de pensar na pós-graduação.

Houve necessidade de serem adquiridos equipamentos, mas como os equipamentos da pós-graduação não são os mesmos da graduação, a solução foi adequar alguns deles. A questão da necessidade foi ajustada. Por exemplo, um equipamento osciloscópio deve possuir melhor precisão para que possa ser usado na pós-graduação.

Então, a instituição, ao invés de fazer a aquisição do equipamento menos preciso e mais barato, optou pelo equipamento demandado pela pós-graduação que poderia ser usado pela graduação.

Vários equipamentos cromatógrafos e espectrômetros, entre outros, tiveram que ser ajustados para ambos os níveis de estudo. Quando houve a readequação dos espaços, foram reservados espaços para os alunos, sempre pensando na ampliação da pós-graduação.

Os projetos foram readequados no sentido de prever implantação para pós-graduação. Essa estruturação foi proporcionada pela adesão ao Reuni.

Entrevistador. Foi um bom programa para a universidade?

Entrevistado. Sem dúvida, foi, pois trouxe infraestrutura, trouxe professores, trouxe soluções para as necessidades da época. Na época a instituição se encontrava em um momento complicado e de repente apareceu uma luz.

Mas, o principal que tenho que relatar mesmo foi essa possibilidade de contratação de pessoal. Foi o principal.

E olhando para trás, as contratações possibilitaram a abertura de novos cursos. A instituição avançou na pós-graduação de maneira que, antes do Reuni, era impensável.

A história do Reuni pode ser resumida dessa maneira, o governo propõe alguma coisa e sempre existe a resistência por parte da comunidade, e com o Reuni foi assim.

Mas o que foi diferente? Foi o fato de ou a instituição adere ao Reuni ou não usufruiu de recursos financeiros necessários, pois vai ficar apenas com o básico, chamado de padrão. Historicamente eu acredito que a reunião do COUNI de 20 de dezembro de 2007, que aprovou, no limite concedido pelo MEC, a adesão ao Reuni, foi, no meu entender, o **dia D** do progresso da instituição.

Ainda bem que a adesão foi no limite do prazo, se fosse perdido mais tempo em discussões, desviando o assunto para aquela questão de privatização da universidade, esse benefício não acudiria a instituição.

Se forem recuperadas as apresentações do Professor Éden [Januário Netto], Reitor daquela época, é possível verificar que havia a preocupação com os indicadores que a instituição teria que atingir, com o número de vagas... Entre os indicadores a serem atingidos, a contensão da evasão [com a taxa de sucesso de 90%]. Acontecia que o aluno ingressava no curso e logo abandonava, caracterizando-se a evasão.

Por isso, a ação da instituição devia ser muito eficiente e decisiva no sentido de criar um mecanismo de acompanhamento dos alunos de graduação, para evitar a evasão. A assistência estudantil, para que seja eficaz, deverá ser muito cuidadosa desde o ingresso dos alunos nas vagas dos cursos, mas não somente no início, e sim durante todo o tempo em que estiver matriculado. Sabe-se como é a política, principalmente aquela de 15 anos atrás.

Não existia uma política que passasse de um governo para outro, uma política de Estado. Então, se chegar hoje em uma universidade e perguntar qual a taxa de evasão com relação ao Reuni, ninguém a possui, porque, embora esse assunto fosse um dos objetivos do Reuni, do qual as universidades se comprometeram a cuidar, era quase certeza de que cairia no esquecimento, como aconteceu.

Entrevistador. Então, pode-se afirmar que o pactuado no Reuni não foi efetivamente cumprido pelas instituições?

Entrevistado. O que aconteceu foi que num determinado momento não se deu mais importância a isso, pela obtenção de outros indicadores.

A pós-graduação está relacionada a isso, destacando que a instituição saltou de um número de seis para 40 programas. Na adesão ao Reuni, podia-se se imaginar a expansão, e que a mesma possibilitaria chegar em dez ou 12 cursos.

Foi impressionante o avanço que a instituição teve. Isso quer dizer que, se por um lado, o objetivo não foi atingido em um determinado ponto, com eficiência, em outro lado, superou em muito o proposto.

É preciso tomar todo cuidado com a questão, porque não se pode ater somente ao pontual. Parece que a instituição não cumpriu os objetivos a que se propôs atingir com a adesão ao Reuni, mas, o importante é observar todos os indicadores individualmente, para se ter uma ideia do todo.

Entrevistador. Muito obrigado, professor. Agradeço sua atenção.

VILSON ONGARATTO

Entrevista 6

Entrevistador. O que o senhor tem a dizer sobre o Reuni?

Entrevistado. O Reuni foi um programa em que a universidade aderiu graças à transformação do CEFET-PR em universidade. A transformação aconteceu um pouco antes da publicação do Reuni, pois só poderia aderir ao programa a instituição que tivesse o *status* de universidade. Se nós tivéssemos continuado como CEFET não teríamos a possibilidade de aderir.

As regras eram baseadas em um percentual da folha de pagamento. Nossa adesão ao Reuni, na época, foi a maior ou a segunda maior dentro do MEC. Quando o MEC rodou a folha de pagamento da UTFPR, havia um quadro de EBTT de aproximadamente 1.400 professores efetivos, e essa folha **veio com tudo**.

Na época, o [José Henrique] Paim [Fernandes] era o secretário executivo, eu estive com ele e expliquei a situação, porque nós ficamos surpresos com o volume do nosso projeto.

Ele não soube me responder de bate pronto, mas marcou uma audiência com o Haddad, que era o Ministro da Educação. A gente levou a situação, explicando que o caso da UTFPR era diferente das outras universidades, pois veio da transformação com um grande quadro de professores do EBTT.

O Ministro, então, perguntou: “Já que o Reuni de sua instituição está grande, quantas vagas ela vai oferecer a mais?” Informei-lhe que eram 8.800 vagas. Então, ele falou: “Toca, que eu banco”.

Para se ter uma ideia, só de investimento obtivemos o montante de 87 milhões, em 2007, excetuando a parte de custeio e de aumento do número professores e de técnicos administrativos. Depois ele foi reajustado umas duas vezes, fechando, na época, em mais ou menos R\$ 132 milhões, só de investimento em obras.

A quantidade de obras construídas na época da execução do Reuni em todos os campi foi muito grande. A nossa parte, do Sandrone [Fochesatto], do Paulo [Roberto Lenzura] Adriano e a minha, foi muito mais ligada ao projeto e à parte de obras, de investimentos, de equipamentos e de pessoal.

Entrevistador. Como foi feita a divisão dos recursos entre os campi e a execução do Programa?

Entrevistado. A Reitoria só conseguiu executar o Reuni graças ao processo de descentralização que foi realizado para todos os campi. Havia uma divisão, pois o projeto inicial, aprovado no COUNI, previa um X para todos os campi.

O edital do Reuni estabelecia que, para cada vaga criada, estava à disposição o montante de R\$ 5.000,00 de investimento. Era possível utilizar todo o recurso do Reuni, por exemplo, só em reformas, mas você diminuiria grandemente o seu recurso advindo do Reuni, porque o investimento era atrelado à base de cálculo.

Qual foi a falha que detectamos no Reuni? A falha foi não existir a mesma regra no custeio. Se para cada vaga criada você dispunha de R\$ 5.000,00 de investimento, na época, a unidade básica de custeio (UBC) da matriz orçamentária valia pouco mais de R\$ 800,00 por aluno/ano.

A adesão ao Reuni não exigiu que a UTFPR criasse 8.000 vagas. Quando criou, teve oito mil vezes a UBC, mais uma unidade fixa imensurável do custeio.

A instituição fez as escolhas que fez, em parte, porque eu era da área de planejamento e orçamento e conhecia de forma aprofundada o custo da manutenção do aluno, tendo condições de fazer todos os cálculos para conseguir valores maiores.

O problema não é construir e acolher alunos, o problema é manter os alunos matriculados. Há muitas universidades que não fizeram este cálculo. O Reuni produziu um problema não resolvido no MEC. Até o ano de 2021 não foi aplicada a matriz orçamentária, porque não se chegou em um acordo. Houve instituição que orçou R\$ 200,00 por aluno de custeio e, outras, orçaram R\$ 800,00.

O impasse reside no fato de que, ao rodar a matriz, quem orçou pouco recuperaria uma parte e quem orçou o custeio ideal perderia uma parte, como compensação de quem orçou pouco.

Além disso, antes mesmo de acabar o Reuni, a crise orçamentária já estava instalada. Se o problema surgisse no primeiro ou no segundo ano em que o governo instituiu o Reuni, quando havia muito dinheiro para se investir, o problema seria facilmente resolvido.

Mas, como logo depois o governo deixou de bancar, a comissão de matriz do MEC passou a aplicar os cálculos que haviam sido aprovados na adesão do Reuni.

Fizemos todos os cálculos e os entregamos para o secretário executivo, que se negou a bancar. Essa falha do Reuni até o orçamento do ano passado perdurava.

O Reuni foi para as instituições um marco entre o passado, o presente e o futuro, em termos de evolução e de crescimento, e a universidade tecnológica com a adesão ao programa conseguiu chegar a um patamar das grandes universidades brasileiras.

Se tivéssemos permanecido com aquela estrutura de CEFET seria muito difícil sua administração, na medida em que teríamos um quadro muito grande de professores do EBTT e um quadro minúsculo de cursos ofertados.

Para se ter uma ideia, quando foi implantado o Reuni, nós tínhamos 236 professores efetivos, 48 professores substitutos e um professor em lotação provisória da carreira do ensino superior.

Durante a execução do Reuni foi instalado o Campus Guarapuava. No entanto, como consequência de uma ação política forte, na época, foi considerado aderido ao programa pelo próprio MEC que dispunha de recursos financeiros e bancou. Por isso é que, se for analisado o projeto original de implantação da instituição, observar-se-á que o Campus Guarapuava não está contemplado nele.

Entrevistador. O senhor acredita que faltou tempo para elaborar esse projeto antes de ser encaminhado ao MEC?

Entrevistado. O tempo realmente foi curto. Mesmo assim, ocorreram muitas discussões nos conselhos das universidades. Houve muita pressão para não aderir ao programa em todas as universidades federais.

Na UTFPR não foi diferente. Havia uma corrente que achava que o Reuni precarizava a universidade e era um passo na direção da privatização. No entanto, quando estava se esgotando o prazo para aprovar a adesão ao Programa, que era o mês de dezembro de 2007, os gestores das instituições agilizaram as ações e os trabalhos.

Como o tempo era curto e quem não enviasse seu projeto ao MEC estaria fora do programa, ficaram inviabilizadas discussões sobre aderir ou não ao programa.

Na UTFPR, quando restava pouco tempo para finalizar o prazo de adesão ao Reuni, o reitor, Professor Éden, eu e o Professor Cantarelli fizemos uma reunião para tratar desse assunto. O Reitor, sem delongas, bateu o martelo e disse que íamos aderir ao Reuni. Era preciso encaminhar o projeto ao COUNI com urgência.

Não enviar implicaria em ficar com a **bomba na mão**, e ser taxado no futuro como o Reitor que prejudicou a instituição por não ter aderido ao programa. Permaneceu, no entanto, a dúvida sobre aprovação por parte do COUNI, mas, felizmente, a proposta foi aprovada. Para enviar ao COUNI, a instituição elaborou o projeto num prazo de pouco menos que dois meses.

O projeto foi elaborado pelo planejamento e administração, junto com a graduação e com a pós-graduação. A estrutura básica do projeto foi baseada em cotas. A ideia básica era a de que os campi menores cresceriam proporcionalmente mais. Os menores campi receberam meia cota, o maior, Curitiba, recebeu três cotas.

Deixamos uma reserva técnica tanto de professores como de técnicos administrativos para serem distribuídos no final da implantação. Nesse caso, foi aplicada novamente uma matriz para só, então, ser distribuído 100% das vagas aos campi.

Entrevistador. Em relação à interiorização da UTFPR, qual seria o papel do Reuni nesse processo?

Entrevistado. Eu diria que o grande papel do Reuni foi levar o ensino superior para o interior, antes exclusivo das capitais. Na UTFPR, se olharmos para os campi antigos do interior, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Medianeira, Pato Branco e Ponta Grossa, os maiores na época, constatamos que não havia ensino superior até 2007.

O ensino superior era restrito aos cursos superiores de tecnologia, com exceção do Campus Pato Branco. Trabalhávamos basicamente com o curso técnico, até que foi publicado o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), que acabou com o ensino técnico integrado.

Os cursos técnicos foram substituídos pelos cursos superiores de tecnologia. A tecnologia, infelizmente, no Brasil, foi uma modalidade que até hoje não surtiu os efeitos desejados, pois existe a percepção que um engenheiro vale muito mais do que um tecnólogo.

Na Europa, o tecnólogo tem um papel muito importante. O conceito vigente nas indústrias do Brasil é de que o tecnólogo é uma espécie de **tecnicão**. O **tecnicão** é um pouco mais que o técnico e menos que o engenheiro.

Respondendo à sua pergunta, diria que o Reuni foi o grande marco da interiorização do ensino superior no Paraná. Sem o Reuni, nem imagino onde estaríamos. Hoje, em nossos campi existem cursos de mestrado e de doutorado. Se não fosse a adesão ao Reuni, não seríamos muito maior que éramos em 2005.

Entrevistador. O senhor acredita que deve existir um novo Reuni?

Entrevistado. Se você me convidasse para trabalhar com um novo Reuni, eu diria não. É evidente que há a necessidade de ter um programa de melhoria do ensino público das universidades do Brasil. Esse novo Reuni teria que ser publicado com o objetivo de complementar o Reuni anterior. O Reuni mostrou que, infelizmente, no Brasil, muita coisa começa e não termina.

Na UTFPR, tudo aquilo que foi pactuado de investimentos foi cumprido, mas na expansão, principalmente na paralela, que ocorreu nos campi de Guarapuava e Santa Helena, até hoje se têm pendência de professores e de técnicos administrativos pactuados e com contratos assinados junto ao MEC.

Estes contratos não foram cumpridos. Vou falar pelas universidades, não quero nem entrar no assunto institutos, pois esta é outra discussão. Julgo que o principal objetivo, hoje, deveria ter como foco no aumento do número de concluintes. Um caminho é focar na melhor formação do aluno que ingressa no curso. A universidade pública oferece boa formação.

Mas há muito a melhorar ainda, e hoje temos um problema que é a assistência estudantil, que se incorporou na instituição em consequência da adesão ao Reuni.

Então, um novo programa, nos moldes do Reuni, teria que dar atenção especial na evasão de alunos, no preparo psicológico dos concluintes do curso para enfrentarem o trabalho e também a falta dele, no apoio estudantil e na melhoria da qualidade do ensino.

Há muita coisa a ser feita, como a melhoria de laboratórios, que foram montados provisoriamente e deixam muito a desejar quanto à sua eficácia, principalmente na área de engenharia.

Existem muitas outras melhorias necessárias. Na área tecnológica tudo é caro e, ultimamente, o investimento do governo em equipamentos e melhoria de instalações é praticamente zero.

O orçamento dos últimos anos, em vez de crescer, ou pelo menos de se manter estável, diminuiu. Para se ter uma ideia, a matriz orçamentária há quatro anos não é aplicada.

Porque há uma regrinha dentro dela que estabelece que ninguém pode receber menos do que o ano anterior, mais o percentual da inflação. Recentemente, houve a exigência de se aplicar um índice de redução linear para todas as instituições, fato que não cobriu nem os gastos do ano anterior e muito menos a inflação do período.

Assim, é muito difícil rodar uma matriz, e, para piorar, ela se movimenta somente uma vez por ano. Se, por exemplo, uma universidade nova, em implantação, crescer 20% no ano, quando ela é lançada na matriz, depara-se com instituições de grande porte que possuem 30 mil alunos, como é o nosso caso e o da Universidade de Brasília (UnB), outra com 40 mil alunos como a UFRJ, com a UFMG, a UFRGS, a UFPR... a coitada, apesar de ter crescido muito, acaba engolida pelas grandes universidades.

Para reverter problemas como os que mencionei, e outros, um novo programa seria bem-vindo, mas não na forma em que veio o Reuni. Teria que vir muito bem estruturado para fazer as devidas correções no sistema.

Entrevistador. Qual sua participação no Reuni da UTFPR?

Entrevistado. Como eu era do planejamento e da administração [Proplad] da instituição, o meu foco sempre foi obras, equipamentos, custeio e manutenção.

Quando se fala de planejamento, é óbvio, está se falando de acompanhamento de relatórios e de outros assuntos correlatos. Todos os assuntos relacionados à parte acadêmica sempre ficaram a cargo da PROGRAD e da PROPPG.

O que cobrávamos, na época, era se as metas estabelecidas na adesão ao Reuni estavam sendo cumpridas. A equipe de acompanhamento do projeto, que eu fazia parte, tinha que fazer relatórios semestrais e anuais para serem encaminhados ao MEC.

É importante lembrar que o Reuni tinha uma meta absurda, o índice de concluintes de 90%.

Isso aconteceria, talvez, com a volta do concurso vestibular, usando linha de corte para matricular somente os melhores e fazendo um contrato similar ao que a CAPES faz com seus bolsistas.

Neste contrato, o bolsista que sair do país e não voltar ou não concluir o seu deverá devolver o valor da bolsa que recebeu.

Mas, com o aluno da área tecnológica, que apresenta índices elevadíssimo de reprovação e de evasão, é impossível fazer isso. Nas universidades que não são tão focadas na tecnologia essa situação é ainda muito pior.

Pensando, por exemplo, num curso de química ou de física, como ter 90%? Se uma universidade conseguir isso, gostaria de saber qual foi a mágica, principalmente em áreas como as de estudos sociais, química, física, matemática e a própria engenharia, apenas para citar algumas.

A retenção nas engenharias é outro grande problema, porque há no currículo muitas disciplinas de cálculo e o aluno vai ficando para trás.

Além disso, se em determinado ano letivo, há a previsão de que x alunos irão abandonar o curso, considerando uma média histórica, no caso da deflagração de uma greve ou outro problema qualquer no sistema, no ano seguinte o número de alunos evadidos aumenta ainda mais e, como consequência, a taxa de sucesso diminui.

Eu não conheço nenhuma universidade que, na contagem geral, conseguiu passar dos 70% de concluintes, valor bem inferior aos 90% colocados como meta do Reuni. Afirmo isso porque, durante muito tempo, trabalhei avaliando os indicadores das universidades dentro do MEC.

Hoje é inatingível a meta de 90% na graduação. Se você me disser que na pós-graduação você consegue esse percentual eu até aceito, lá até dá para fazer.

Entrevistador. O Reuni deveria ser uma política com continuidade?

Entrevistado. Não. No Brasil, infelizmente, os governos desconstruem o que o anterior fez, não há uma política de estado para a educação. Algo que vem e que poderia ser muito bom acaba virando um problema para as universidades.

Por exemplo, a matriz orçamentária das universidades brasileiras é baseada em cima da matriz inglesa. Mas, lá, há uma política séria, de tal modo que ninguém discute o plano e nem o que deve ser feito. Lá está estabelecido que, para cada aluno, será destinado x libras para a manutenção e para o investimento anual.

Lá a taxa de sucesso é de aproximadamente 80%. Na Inglaterra multiplica-se simplesmente um valor x pelo número de alunos matriculados e aplica-se uma regra com o percentual de concluintes.

Assim, os resultados de cada universidade, com o uso da matriz, determinam parte que lhe cabe do bolo do governo, que quase nunca atende as demandas destas instituições. Mesmo assim, a matriz é excelente para todas as universidades.

Aqui, se for solicitado R\$ 4 bilhões, importância necessária para a manutenção das universidades federais brasileiras, o governo oferece apenas R\$ 3,2 bilhões, e a matriz roda com o valor concedido, insuficiente.

Acontece, então, que quem ganhou não leva tudo e quem perdeu vai perder menos, porque também não há o interesse de um se sair bem e **enterrar** o outro, principalmente quando uma determinada universidade está em processo de consolidação.

O Reuni foi bom porque proporcionou o crescimento de todas as universidades, principalmente das pequenas.

Observando instituições como a UFRJ, a UFMG e a UFRGS, nota-se que o crescimento em número de vagas delas foi muitíssimo pequeno, principalmente da UFRJ, que é uma universidade antiga, grande e espaçosa, mas que tem suas instalações caindo aos pedaços.

As instituições citadas aderiram ao Reuni e aplicaram todos os recursos financeiros em manutenção e em recuperação das instalações.

No entanto, depois continuou faltando dinheiro, e hoje elas estão na mesma situação em que se encontravam em 2008 e 2009. Provavelmente, se elas não tivessem aderido ao Reuni, as instalações físicas já teriam desabado.

Entrevistador. Qual a lógica da adesão da UTFPR?

Entrevistado. O projeto de adesão foi elaborado obedecendo um manual do programa. Neste manual era dada liberdade para se flutuar, considerando os limites estabelecidos, de acordo com o interesse ou suas necessidades da instituição.

Se houvesse interesse de crescer, era necessário focar no docente e na oferta de vagas, pois, dessas últimas, dependia a obtenção dos recursos para investimento.

Havia até um valor X de incentivo para cada vaga criada. As instituições de pequeno porte, obviamente, focaram no crescimento. Era a forma de obter novos docentes para sair do marasmo que, às vezes, já durava cinco, dez anos, de nenhum crescimento.

No nosso caso, com a transformação, porque o CEFET-PR já era uma instituição grande, e com a adesão ao Reuni, o salto institucional dado foi o crescimento e da transformação da quase totalidade dos cursos de técnicos e de uma quantidade significativa de cursos superiores de tecnologia em cursos de engenharia.

Entrevistador. Em relação a interiorização, uma coisa que eu sempre me pergunto é se a proximidade dos campi afeta o desempenho de algum deles?

Entrevistado. Você fez uma pergunta que pega na veia do político. Se fosse fazer um plano de ação educacional de uma universidade, para o Brasil e para o Paraná, muitos campi não estariam nos municípios em que se encontram hoje.

Foram implantados vários campi na UTFPR, desde a criação do Campus Medianeira, que foi o primeiro implantado no interior, como unidade descentralizada do CEFET-PR.

A implantação aconteceu por ingerência política, pela ação política dos prefeitos junto ao Governo Federal.

O Campus Medianeira tem sua validade, pois é sabido, é a mola propulsora do desenvolvimento não só da cidade como também dos municípios circunvizinhos. Mas, na época, se as discussões se prolongassem, provavelmente, o campus seria alocado em Foz do Iguaçu, e não seria instalado em Medianeira.

Como exemplo, por falta de força política, até hoje Cascavel não possui um campus da UTFPR, fato que acontece também na cidade de Maringá. Embora Maringá possua um terreno que foi doado para a instalação do campus, no contrato de doação há uma cláusula que estabelece o prazo máximo dez anos para sua implantação.

Por isso, duvido muito que será instalado, pois há políticos que não têm interesse que uma universidade pública de qualidade se instale em Maringá. Por questão de ética, não vou citar seus nomes e as alegações para que não se instale o campus da UTFPR naquela cidade.

ISAURA ALBERTON DE LIMA

ENTREVISTA 7

Entrevistador. Qual a participação da PROREC na construção do projeto do Reuni?

Entrevistado. A PROREC fez parte da comissão que elaborou a proposta para o Reuni. A comissão esteve sob a presidência da PROGRAD.

Entrevistador. O que mudou na PROREC depois do Reuni?

Entrevistado. Embora a proposta do Reuni tivesse como foco a Graduação, as demais áreas da instituição (gestão, pós-graduação, relações empresariais e comunitárias, TI e avaliação) tiveram que se adequar para atender as novas demandas e, mais que isso, para dar suporte ao novo patamar institucional proposto, mais arrojado e condizente com as metas e pretensões da UTFPR.

O detalhamento do papel da PROREC na implantação e pós-Reuni foi estabelecido na Deliberação COUNI nº 17, de 20 de dezembro de 2007 (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2007, p. 75-78). A saber:

Para atendimento desse propósito, as relações empresariais e comunitárias da UTFPR têm como premissas básicas:

- a organização da sua estrutura gestora comprometida com a cooperação;
- uma estrutura aberta de mão dupla com a sociedade;
- foco nas respostas à sociedade; e
- desenvolvimento de uma cultura institucional capaz de transferir à sociedade não somente a produção do conhecimento, mas capacitada para que os saberes sejam aplicados na transformação que ela enseja.

Os mecanismos de interação da UTFPR contemplam os seguintes objetivos:

- identificar as necessidades de desenvolvimento tecnológico junto ao setor produtivo para geração de emprego e renda;
- encaminhar discentes para estágios, no sentido de melhorar as perspectivas acadêmicas e profissionais;
- promover cursos de capacitação de educação continuada nas mais diversas áreas;
- promover programas de empreendedorismo e inovação com diversas fases, compreendendo o desenvolvimento e internalização da cultura empreendedora, as pré-incubadoras, as incubadoras, as empresas juniores e os parques tecnológicos;

- promover programas e projetos de ação social para atendimento de demandas sociais, nas áreas temáticas da extensão nacional: saúde, meio ambiente, direitos humanos, tecnologia, educação, cultura, trabalho e comunicação;
- promover a inovação e a transferência de tecnologia junto a sua Agência de Inovação e os seis Núcleos de Inovação e Transferência implantados;
- promover a mobilidade e internacionalização estudantil; e
- promover a participação da comunidade na universidade por meio do Conselho Empresarial e Comunitário como órgão consultivo e apoiador na sua interação com a sociedade, visando ao constante desenvolvimento e aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades desenvolvidas para a extensão na UTFPR são compostas de um conjunto de programas e projetos, os quais somam, no último ano, os seguintes resultados:

- mais de 150 atividades de inclusão social, como exemplos: programa de atendimento a deficientes visuais, programa Comunidade Integrada na Multiplicação de Conhecimento (CIMCO) destinado à prevenção da saúde, projeto Rondon, entre outros;
- 200 projetos de transferência de tecnologia;
- 7.000 prestações de serviços;
- 350 cursos de educação continuada, com aproximadamente 8.000 participantes;
- programa de empreendedorismo e inovação, com 5 pré-incubadoras, 5 incubadoras de base tecnológica, e apoio a constituição de 2 parques tecnológicos;
- 4.500 ofertas de estágio e emprego;
- 100 encaminhamentos e recebimentos de estudantes em convênios internacionais; e
- 200 eventos científicos, tecnológicos, esportivos e culturais atingindo um público aproximado de 80.000 pessoas.

Esse conjunto de atividades concretiza a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e estimula a participação do docente, discente e técnicos-administrativos.

2 Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução

As principais metas relacionadas às políticas de extensão da UTFPR compreendem:

- expandir o número de vagas para estágio e emprego destinadas aos estudantes da UTFPR;
- expandir o intercâmbio internacional;
- aumentar o número de bolsas de extensão;
- aumentar o número de servidores e discentes envolvidos nos projetos de cunho social;
- aumentar o número de servidores e discentes participantes dos projetos de transferência de tecnologia desenvolvidos em parceria com empresas e governo;
- aumentar a participação da comunidade interna em eventos de cunho científico, tecnológico, esportivo e cultural;
- implantar e expandir as pré-incubadoras, incubadoras e empresas juniores; e
- aumentar os processos para depositar e licenciar patentes.

3 Estratégias para alcançar a meta

As principais estratégias da Universidade relacionadas às políticas de extensão compreendem:

- promover maior divulgação dos mecanismos existentes para servidores e discentes;
- considerar as atividades de extensão no cômputo geral da carga horária docente;
- destinar recursos para o desenvolvimento das atividades de extensão;

- disponibilizar bolsas para o desenvolvimento das atividades de extensão;
- promover e divulgar as oportunidades de financiamento de projetos existentes em órgãos de fomento;
- disponibilizar estrutura administrativa adequada para atendimento das atividades; e
- buscar parcerias para desenvolvimento de projetos com empresas e governo.

4 Etapas

As principais etapas da Universidade relacionadas às políticas de extensão compreendem:

- em 2008: Operacionalizar os meios de divulgação das atividades de extensão;
- em 2008: promover discussão junto às coordenações de curso para incluir as atividades de extensão no cômputo geral das atividades docentes;
- em 2009: disponibilizar bolsas de extensão para servidores e discentes;
- em 2008: melhorar a estrutura de suporte administrativo para operacionalização de atividades de extensão;
- a partir de 2008: apoiar as iniciativas de desenvolvimento de projetos nos Hotéis Tecnológicos, incubadoras e empresas juniores.

5 Indicadores

Os principais indicadores da UTFPR relacionados às políticas de extensão compreendem:

- número de bolsas de extensão concedidas a discentes;
- número de mecanismos institucionais de divulgação de oportunidades;
- número de servidores disponibilizados para estrutura administrativa da extensão;

- número de projetos desenvolvidos em parceria com empresas e governo;
- número de projetos desenvolvidos nas pré-incubadoras;
- número de incubadoras implantadas nos campi;
- número de estágios e empregos agenciados pela UTFPR;
- número de participantes nas atividades de extensão promovidas pela utfpr;
- número de patentes depositadas;
- número de projetos transferidos à iniciativa privada; e
- valor de recursos disponibilizados para atividades de extensão.

Entrevistador. Qual o papel da PROREC na retenção dos estudantes na instituição?

Entrevistado. Acredito que, em relação a retenção, o principal mecanismo é na oferta de estágios, de iniciação científica e com o programa de empreendedorismo.

São formas de incentivo para o estudante perceber as oportunidades do seu curso e para que continue sua formação.

Entrevistador. Professora, obrigado pela atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o teor das entrevistas, fica demonstrado, em diversos momentos, que o Reuni apresentou resultados positivos e negativos. Os positivos se sobrepõem, evidentemente, aos negativos e, no caso da UTFPR, representaram a expansão e a interiorização da instituição que se faz hoje presente em todas as regiões do Estado do Paraná, contribuindo para o desenvolvimento produtivo e educacional.

Houve aumento no número de campus, aumento significativo de docentes, de técnicos administrativos, em especial de alunos e de cursos de graduação. Um objetivo não determinado pelo Reuni também foi alcançado, a saber, o aumento significativo de programas de pós-graduação em nível de mestrado e de doutorado, reflexo da contratação de docentes já titulados e com experimentação neste nível de ensino. A pós-graduação alavancou a pesquisa e os projetos de extensão.

É premente nas opiniões de autores como Favato e Ruiz (2018), que ainda existem desafios a serem enfrentados pelas IFES que vão além da ampliação do acesso. Há que se buscar políticas que melhorem as condições de permanência e a conclusão dos cursos pelos alunos matriculados, considerando-se que nesse nível de ensino persiste um alto índice de evasão ou de desistência.

Pensamento considerado por Silva e Silva (2012), que enfatizam a necessidade de ser dar ênfase à conclusão dos cursos com êxito, em especial por aqueles advindos das camadas mais subalternas da população. Um processo de completa democratização não apenas ao acesso à universidade pública, mas também à permanência e à efetiva formação do aluno.

Nesse contexto, entende-se que os índices de evasão e da taxa de conclusão da graduação são preponderantes para determinar a eficácia e a eficiência das políticas educacionais, organizacionais e pedagógicas que regem os regulamentos dos cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

BARBIERO, A. K. M. et al. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). **Manifestação dos ex-presidentes da Andifes:** em defesa das universidades federais brasileiras. 17 set. 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=70384>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 22 do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 74, p. 7760-7761, 18 abr. 1997. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=18/04/1997>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS: Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-121, jan./jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.v11i1.1529>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1529#:~:text=No%20caso%20brasileiro%2C%20a%20quest%C3%A3o,e%202008%2C%20podem%20provocar%20no>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CARVALHO, H. A. de; OLIVEIRA, O. S. de; LIMA, I. A. de. Avaliação institucional em uma universidade pública brasileira multicâmpus: processos e desafios na qualificação da gestão. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 23, n. 1, p. 217-243, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/VMXCsBtGnZXR9rYmGZTTtK/D/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ESCOBAR, H. Fábricas de conhecimento: o que são, como funcionam e para que servem as universidades públicas de pesquisa. **Jornal da USP**, São Paulo, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/>. Acesso em: 21 set. 2020.

FAVATO, M. N.; RUIZ, M. J. F. REUNI: política para a democratização da educação superior? **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 448-463, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271992365>. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2365>. Acesso em: 2 abr. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Pandemia acentua pobreza e é tema de debate na FGV**. 24 fev. 2021. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acentua-pobreza-e-e-tema-debate-fgv>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MUSK, E. O que Elon Musk pensa sobre a necessidade de um diploma. In: Passo a Passo Empreendedor. 2022.

Disponível em:

<https://passoapassoempreendedor.com.br/2021/05/19/o-que-elon-musk-pensa-sobre-a-necessidade-de-um-diploma/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

NETTO, A. Produção científica brasileira tem reconhecimento mundial. **Jornal da USP**, 5 jul. 2019.

Disponível em:

<https://jornal.usp.br/atualidades/producao-cientifica-brasileira-tem-reconhecimento-mundial/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SILVA E SILVA, L. H. da. Evasão, uma situação instada e difícil de atacar! In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Itá. **Oficina ...]**. Itá: ForGrad Sul, 2012. Disponível em:

<http://slideplayer.com.br/slide/7298693>. Acesso em: 3 fev. 2021.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)**. Curitiba: UTFPR, 2019. Disponível em:

<https://cloud.utfpr.edu.br/index.php/s/Z3pqMqWkxbsCbLz>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Proposta do Plano de Reestruturação e Expansão da UTFPR**: REUNI: documento para análise. Curitiba: UTFPR, 2007. Disponível em:

<https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/jl19MtSJl2Q6HEv>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ.
UTFPR é citada em mais um ranking internacional THE.

Curitiba: UTFPR, 2021. Disponível em:

<http://www.utfpr.edu.br/noticias/geral/utfpr-e-citada-em-mais-um-ranking-internacional-the>. Acesso em: 15 mar. 2022.

